

Conselho Nacional de Justiça

**Banco Nacional de Monitoramento de Prisões**

**Cadastro Nacional de Presos**

The logo for BNMP 2.0 features the letters 'BNMP' in a bold, dark blue, sans-serif font. The letter 'M' is stylized with a light blue, upward-pointing chevron shape integrated into its center. To the right of 'BNMP', the number '2.0' is written in a smaller, light blue font. A thin horizontal line runs beneath the entire text.

Brasília  
Agosto de 2018



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Presidente do Conselho Nacional de Justiça**

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha

**Conselheiros**

Ministro João Otávio de Noronha (Corregedor Nacional de Justiça)

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Maria Iracema Martins do Vale

Daldice Maria Santana de Almeida

Márcio Schiefler Fontes (Supervisor do DMF)

Fernando César Baptista de Mattos

Valtércio Ronaldo de Oliveira

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior

André Luiz Guimarães Godinho

Valdetário Andrade Monteiro

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

**Secretário-Geral**

Júlio Ferreira de Andrade

**Coordenadora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas**

Maria de Fátima Alves da Silva

**Juiz Auxiliar da Presidência responsável pela Tecnologia da Informação**

Marcelo Mesquita Silva

**Assessor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas**

Renato Campos Pinto De Vitto

## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Diretora Geral**

**Julhiana Miranda Melloh Almeida**

**Departamento de Monitoramento e  
Fiscalização do Sistema Carcerário e do  
Sistema de Execução de Medidas  
Socioeducativas – DMF**

**Departamento de Tecnologia da  
Informação - DTI**

### **Equipe**

Tatiana Pereira Almeida  
Ana Teresa Perez Costa  
Luiz Victor Espírito Santo da Silva  
Wesley Oliveira Cavalcante  
Célia de Lima Viana Machado  
Erica Rosana Silva Tanner  
Filipe Pereira da Silva  
Nilson Marckzan Lopes Barbosa  
Thaislana Marina Lima dos Santos  
Thanise Maia Alves  
Ana Luiza Gama Lima de Araújo  
Felipe de Brito Belluco  
Viviane Kaliny Lopes de Souza  
Jessica Santos de Sousa  
Luiz Gustavo Ribeiro de Souza  
Louislane Duarte Dias  
Shara Reis Gomes  
Suzana Teixeira Rodrigues  
Thiago Silva Rosa  
Joseane Soares da Costa Oliveira  
Juliana Cirqueira de Sarto  
Karla Marcovecchio Pati  
Helen dos Santos Reis  
Thaís Gomes Ferreira  
Camilo Pinho da Silva

### **Equipe**

Marcelo Lauriano Lúcio  
Francisco Gonçalves de Araújo Filho  
Rosfran Lins Borges  
Sidney Martins Pereira Arruda  
Lourdes Ribeiro Calazans da Silva  
Max Antônio Rodrigues de Assis

## **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Secretário de Comunicação Social**

Luiz Claudio Cunha

Banco Nacional de Monitoramento de Prisões –  
BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, Conselho  
Nacional de Justiça, Brasília, agosto de 2018.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| Apresentação – Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha .....   | 3  |
| 1. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0 e o Cadastro Nacional de Presos                         |    |
| 1.1. Introdução .....  | 6  |
| 1.2. A gestão da informação e o sistema penitenciário brasileiro .....   | 8  |
| 1.3. Histórico de desenvolvimento e implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0 ..... | 10 |
| 1.4.. Desenvolvimento, capacitação e implementação.....  | 11 |
| 2. Estatísticas do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0 .....                                   | 18 |
| 2.1. Notas metodológicas .....   | 18 |
| 2.2. Dados gerais .....  | 20 |
| 2.3. Natureza das prisões .....  | 27 |
| 2.4. Presos por tipo de regime .....   | 34 |
| 2.5. Mortos no sistema penal .....   | 35 |
| 2.6. Tipo penal .....  | 36 |
| 2.7. Tempo de prisão sem condenação de primeiro grau .....   | 38 |
| 2.8. Perfil da pessoa privada de liberdade por tipo penal .....  | 39 |
| 2.9. Informações por Tribunal .....  | 49 |
| 2.9.1. Tribunal de Justiça do Acre   |    |
| 2.9.2. Tribunal de Justiça de Alagoas  |    |
| 2.9.3. Tribunal de Justiça do Amapá  |    |
| 2.9.4. Tribunal de Justiça do Amazonas   |    |
| 2.9.5. Tribunal de Justiça da Bahia  |    |
| 2.9.6. Tribunal de Justiça do Ceará  |    |
| 2.9.7. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios   |    |
| 2.9.8. Tribunal de Justiça do Espírito Santo   |    |
| 2.9.9. Tribunal de Justiça de Goiás  |    |
| 2.9.10. Tribunal de Justiça do Maranhão  |    |
| 2.9.11. Tribunal de Justiça do Mato Grosso   |    |
| 2.9.12. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul  |    |
| 2.9.13. Tribunal de Justiça de Minas Gerais  |    |
| 2.9.14. Tribunal de Justiça do Pará  |    |
| 2.9.15. Tribunal de Justiça da Paraíba   |    |
| 2.9.16. Tribunal de Justiça do Paraná  |    |
| 2.9.17. Tribunal de Justiça de Pernambuco  |    |
| 2.9.18. Tribunal de Justiça do Piauí   |    |
| 2.9.19. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro  |    |
| 2.9.20. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte   |    |
| 2.9.21. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul   |    |
| 2.9.22. Tribunal de Justiça de Rondônia  |    |
| 2.9.23. Tribunal de Justiça de Roraima   |    |
| 2.9.24. Tribunal de Justiça de Santa Catarina  |    |
| 2.9.25. Tribunal de Justiça de São Paulo   |    |
| 2.9.26. Tribunal de Justiça de Sergipe   |    |
| 2.9.27. Tribunal de Justiça de Tocantins   |    |
| 2.9.28. Tribunal Regional Federal da 1ª Região   |    |
| 2.9.29. Tribunal Regional Federal da 2ª Região   |    |

- 2.9.30. Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- 2.9.31. Tribunal Regional Federal da 4ª Região
- 2.9.32. Tribunal Regional Federal da 5ª Região

3. Considerações Finais .....78

## Apresentação

Entregamos ao Brasil o primeiro cadastro de pessoas em regime de prisão judicialmente decretada, em caráter provisório ou para cumprimento de pena.

O sistema penal brasileiro carecia desses dados. No modelo jurídico-administrativo brasileiro de custódia penal, no qual o Poder Judiciário decreta a prisão e inspeciona o seu cumprimento, competindo, contudo, ao Poder Executivo receber, manter e cuidar do preso, segundo o que tenha sido judicialmente determinado, era urgente que os brasileiros e, especialmente, os juizes pudessem contar com dados corretos relativos a esse sistema.

Até o momento atual, os números de presos, no Brasil, eram estimados. Chegava ao juiz por mero informe proveniente de agentes do sistema carcerário sem controle eficaz, sem sequer se ter uma contagem certa. Ser humano tratado como número “aproximado”! Algo constitucionalmente inaceitável. Mas era o que prevalecia.

Por isso, em 2016, o Supremo Tribunal Federal declarou o estado de coisas inconstitucional em que estava o sistema penitenciário e determinou providências, algumas encaminhadas a este Conselho Nacional de Justiça. E no julgamento do Recurso Extraordinário n. 641.320/RS foi destacada a necessidade de urgentes providências administrativas, algumas de competência do Poder Executivo, mas outras, do Poder Judiciário, em especial competindo ao Conselho Nacional de Justiça a criação de um eficiente e exato cadastro nacional de presos.

O cadastro – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões em sua versão inteiramente nova – revela-se passo imprescindível para a sociedade brasileira ter certeza de quantos são os presos por decisão judicial no País, em razão de qual processo estão eles presos, em que condições estão, a fim de que a) os juizes possam seguir o cumprimento das prisões decretadas, a situação dos presos, a condição das unidades prisionais onde estão; b) possam ser dados a conhecimento dos cidadãos quem está preso no Brasil, porque está preso, por quanto tempo, atendendo a qual decisão judicial; c) os juizes possam verificar quando foi cumprida a sua decisão sobre custódia, onde está o preso, em que condições, por quanto tempo e quais os seus antecedentes em todo o País; d) possam ser entregues ao Poder Executivo os dados das pessoas (seres humanos que erraram e que estão pagando pelos seus erros, não são números impessoais sobre os quais se possa desconhecer condições e perspectivas) para que se possam definir políticas públicas necessárias para se assegurar o cumprimento da decisão judicial sobre o preso; e) possam ser adotadas as medidas administrativas de segurança pública que se relacionem aos apenados, em especial no que se referem a grupos criminosos em atuação no sistema penitenciário e com presos sujeitos a estas organizações.

No Brasil, quem decreta prisão é o juiz, quem determina a soltura do preso também é o juiz.

Entretanto, não havia até agora um cadastro do Poder Judiciário no qual todos os juizes, todos os cidadãos brasileiros, todos os administradores (incluindo os que cuidam diretamente do sistema carcerário) tivessem dados seguros, objetivos e dinâmicos (atualizados permanentemente) sobre o sistema penitenciário.

O cadastro cumpre a função de oferecer informação básica e segura das pessoas submetidas ao sistema de prisão estatal no Brasil. Sem ela se apresentavam estimativas e amostragens, escaramuças permissivas de continuidade do caótico e desumano sistema

penitenciário, que não cumpre qualquer das funções que a prisão deveria atender, como, especialmente, o da ressocialização.

Também a vítima do crime não tinha acesso a dados mínimos sobre a tramitação do inquérito ou do processo cujo sujeito seja o causador do dano que ela tenha sofrido.

Igualmente, a família do preso tem direito de saber onde e em que condições cumpre pena aquele que tenha sido afastado do seu convívio pelo crime praticado.

O trabalho apresentado agora e que oferece dados permanentemente atualizados é fruto de intenso e valoroso trabalho do juiz brasileiro, especialmente destaque ao juiz criminal.

Foi trabalho profícuo, seguido, difícil e sem a sobreposição do encargo assumido pelo juiz não se teria o resultado agora apresentado.

Desde setembro de 2016, acompanhada dos juízes auxiliares e servidores do Conselho Nacional de Justiça, visitamos dezenas de presídios brasileiros, em praticamente todos os Estados. Em poucas unidades prisionais se pode constatar estrutura minimamente adequada para o cumprimento da decisão judicial. A maioria das unidades prisionais é marcada pela superlotação, instalações deterioradas, ausência de pessoal para atendimento dos presos, deficiência de gestão, carência de serviços impostos pela Lei de Execução Penal e descrição pelos detentos de movimentos e práticas incompatíveis com a ética pelos agentes responsáveis pelos custodiados, segundo alguns relatos, a serem apurados pelos órgãos competentes da Administração Penitenciária de cada unidade da Federação, em convivência com grupos criminosos.

O saneamento deste quadro impõe a urgente adoção de medidas pelos Poderes do Estado nacional.

O cadastro agora apresentado é passo imprescindível para a adoção daquelas urgentes providências. Com essa plataforma disponibilizada, os juízes poderão e deverão não apenas seguir o cumprimento das penas impostas e as condições dos presos.

O Conselho Nacional de Justiça adotou, inicialmente, duas medidas, de forma coordenada com os Tribunais de Justiça em 2017 e 2018: o movimento apelidado “choque de justiça” e o programa “em grau de recurso”. Foram reavaliados e julgados 146.992 processos de presos provisórios: houve reexame de 92.292 processos e julgados mais de 54.700 recursos criminais que estavam pendentes de apreciação.

Demonstrada a vulnerabilidade dos números que eram apresentados pelo Poder Executivo quanto a presos (pela ausência de sua correspondência com os processos judiciais em curso ou finalizados), cuidou-se de sanear os dados para a exatidão dos números apresentados e dos cuidados a serem adotados para o aperfeiçoamento do sistema.

Mais ainda, os juízes, auxiliados por dedicados servidores, reuniram informações de mandados expedidos, dos que foram cumpridos, dos que estão pendentes e dos que não foram cumpridos e sobre os quais, às vezes, pendiam durante anos informações executivas sobre providências que deveriam e não teriam sido adotadas.

O cadastro agora apresentado faz-se acompanhar de relatório no qual se contém as informações atuais sobre pessoas presas no Brasil e, exceção feita ao Rio Grande do



Sul, que não concluiu o trabalho, marca a finalização da primeira etapa de implantação do projeto de criação do Cadastro Nacional de Presos (Banco Nacional de Monitoramento de Presos 2.0 – BNMP).

Com as informações constantes deste banco de dados, integrado nacionalmente e alimentado, de forma dinâmica e em tempo real pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, tem-se instrumento eficiente para gestão dos processos de réus presos e de pessoas que tiveram prisão decretada, ainda que estejam fora do sistema.

Mais ainda, o cidadão tem acesso a informações públicas e sem qualquer desrespeito a seu direito à privacidade sobre a situação dos presos, tenha interesse o consultor no dado por ter sido vítima, por ter parente ou amigo na condição de preso, por ser alguém que atua no sistema de justiça, enfim, dados públicos são oferecidos à sociedade, com respeito aos direitos de todos.

Neste momento em que se mostra o perigo de nacionalização de redes de organizações criminosas, a integração das informações é imperativa para a segurança pública.

Disfunções relacionadas à morosidade indevida na tramitação de processos de réus presos ficam patentes em face do cadastro, porque se terão ali as fases do processo, o regime de cumprimento de decretos de prisão, benefícios obtidos pelos presos, as pendências de execução das penas entre outras informações.

As funcionalidades do sistema são detalhadas no relatório apresentado e somam-se à possibilidade de produção contínua e precisa de estatísticas baseadas em cada processo, disponíveis em portal público.

A produção de dados e informações corretas e adequadas constitui condição imprescindível para a melhoria do sistema de prisão adotado no ordenamento jurídico brasileiro.

Esse passo foi prioridade desta gestão e foi construído com todos os juízes e tribunais brasileiros. A continuidade do trabalho e o seu aperfeiçoamento são os passos seguintes que farão com que a adoção e a execução de sistema justo de cumprimento de decisões judiciais tenham lugar no Brasil.

Brasília, agosto de 2018.

**Ministra CÁRMEN LÚCIA**  
**Presidente do Conselho Nacional de Justiça**

# **1. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0 e Cadastro Nacional de Presos**

## **1.1. Introdução**

Constituiu prioridade para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2016/2018, a busca de caminhos de superação da crise penitenciária brasileira.

O desafio de induzir políticas judiciárias consistentes e de se produzir, nos limites das atribuições constitucionais do CNJ, diretrizes para atuação do Poder Judiciário no monitoramento e fiscalização das atividades de gestão prisional, esbarra, na maioria das vezes na dificuldade de exata compreensão da natureza e extensão dos problemas relativos ao sistema penitenciário.

Historicamente opaco, o cárcere se mostra refratário ao aprofundamento de diagnósticos, à fiscalização e ao monitoramento por agentes externos, bem como à revisão e inovação das suas práticas de gestão.

A despeito das notórias dificuldades e dos claros limites de competência do Poder Judiciário, a Presidência do CNJ se engajou na pauta penitenciária tendo efetuado visitas e inspeções em dezenas de estabelecimentos penitenciários de quase todas as unidades da federação. Ademais, movimentou ações coordenadas, e de baixo custo, com a colaboração e empoderamento de servidores e magistrados dos Tribunais de Justiça, como realizado no projeto “Choque de Justiça”, em que foram reanalisados 92.292 processos envolvendo réus presos provisoriamente, e no projeto Grau de Recurso, em que foi reavaliada a situação dos presos provisórios com recursos pendentes de apreciação pela segunda instância, em que foram julgados mais de 54.700 processos, com vistas a acelerar a prestação jurisdicional devida ou, se fosse o caso, rever o cabimento da aplicação da medida de privação de liberdade.

Nas atividades que envolveram a organização de tais ações restou patente a dificuldade na obtenção de dados seguros a respeito das pessoas privadas de liberdade no país. Diversos Tribunais, não dispendo de informações estruturadas sobre as ordens de prisão vigentes e cumpridas em decorrência das decisões de seus magistrados, recorriam a informações prestadas pelo Poder Executivo. E este, frequentemente, não dispõe dos dados precisos de cada preso, seja porque não é a fonte primária desta informação, seja por não possuir método ideal de sistematização das informações das pessoas que custodia.

No sistema jurídico brasileiro, compete exclusivamente ao Poder Judiciário a decretação e manutenção da prisão, enquanto medida cautelar ou pena. Mesmo a prisão em flagrante, que pode ser efetuada por qualquer pessoa, há de ser avaliada e, se for o caso, convertida em prisão preventiva por autoridade judicial no prazo máximo de 24 horas. Deste modo, embora a gestão das unidades penais seja de competência do Poder Executivo, a gestão da aplicação da prisão é tarefa do Poder Judiciário.

A insegurança das informações apresentadas pelo Executivo e a consciência de que a gestão dessas informações também é responsabilidade do Poder Judiciário, inspiraram decisivamente o propósito de desenvolvimento e implantação de ferramenta que permita estruturar as informações judiciais sobre as pessoas privadas de liberdade no país, lançando luz sobre o cárcere e permitindo a visibilização das responsabilidades atribuídas, por vezes de forma imprecisa e generalista, aos entes públicos.

Não se ignora que a solução de um problema tão antigo e agudo como a crise penitenciária exige a mobilização do Estado, por seus três poderes em todos os níveis da Federação, e de toda a sociedade brasileira, reclamando vontade política, planejamento e recursos, para que se possa começar a colher em médio e longo prazos melhores resultados. Políticas públicas devem ser revistas e reformuladas para que se possa traçar um horizonte menos adverso. No entanto, a compreensão exata do problema, a partir da estruturação de informações precisas e a produção do conhecimento necessário para o planejamento das ações, constitui premissa para qualquer reforma que se pretenda empreender. Bem por isso, do ponto de vista do planejamento estratégico do CNJ, o projeto ora apresentado mereceu a prioridade que lhe foi conferida.

No presente documento, busca-se consolidar as informações atinentes ao desenvolvimento e implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, bem como apresentar as informações extraídas em 6 de agosto de 2018, que formam o Cadastro Nacional de Presos.

Na primeira parte do estudo é apresentado o contexto que inspirou a concepção, o desenvolvimento e a implantação da ferramenta, que ora encontra-se em estágio avançado de alimentação, apontando-se, ainda, para a implementação de novas funcionalidades para o sistema.

Na segunda parte serão organizadas as principais informações já extraídas da nova base de dados, com o objetivo de apresentar um panorama do sistema carcerário no país, cumprindo-se o propósito de apresentar, pela primeira vez, informações das pessoas privadas

de liberdade, sob a ótica do Poder Judiciário. Esta primeira apresentação expressa apenas uma pequena parcela das informações que poderão ser extraídas de forma dinâmica, a qualquer momento, do cadastro. Outras abordagens e outras análises de informações relevantes, não apresentadas neste primeiro relatório, poderão ser exploradas em futuras edições ou inspirar estudos específicos para aprofundamento da compreensão de determinados temas.

## **1.2. A gestão da informação e o sistema penitenciário brasileiro**

Em plena era da informação é imperiosa a adoção de novos paradigmas de atuação pelos agentes públicos para enfrentar os tantos desafios que reclamam atuação estatal. No campo das políticas penais e penitenciárias, em que lidamos com múltiplas informações envolvendo centenas de milhares de pessoas privadas de liberdade, o processo de trabalho tradicional do Poder Judiciário, baseado na análise individual de autos de processos judiciais, embora necessário, se mostra insuficiente para a adequada gestão do acervo processual.

As condicionantes do fluxo de movimentação dos autos judiciais, as diversas etapas procedimentais e os gargalos na tramitação dos processos podem constituir embaraço para o tratamento sistemático das informações e para a adequada gestão do acervo, o que potencialmente dificulta a prestação da jurisdição no tempo e da forma adequados. À toda evidência, a implantação do processo judicial eletrônico nos processos penais e de execução penal proverá soluções para anular ou minimizar tais dificuldades. No entanto, e dado o estágio inicial de implantação dos processos eletrônicos na seara criminal, se faz urgente e necessária a estruturação dos metadados criminais, iniciando-se, por uma necessidade de escalonamento de prioridades, por aqueles relativos aos investigados e acusados presos em decorrência de ordem judicial vigente.

Nesse contexto, o projeto de implementação de um cadastro nacional de presos, que pode ser traduzido como o registro integrado das listagens nominais e individualizadas de todos os Tribunais acerca das pessoas privadas de liberdade busca atender, em síntese, a necessidade de alçar o Poder Judiciário à condição de detentor de uma fonte de informação segura e sistematizada sobre os presos no Brasil, com vistas ao controle da população carcerária e a avaliação da própria atividade jurisdicional prestada em relação aos presos.

Cabe registrar que, no campo da produção de estatísticas a informação disponibilizada sobre o sistema penitenciário brasileiro advém de três fontes: o Geopresídios, alimentado pelo Poder Judiciário por ocasião das inspeções realizadas nos estabelecimentos

penais, cujos números são fornecidos, via de regra, pela administração penitenciária; o levantamento realizado pelos Tribunais (planilha ou sistema não integrado) os quais informam o Conselho Nacional de Justiça o número de pessoas privadas de liberdade, e; o Infopen, que é levantamento nacional de informações penitenciárias, executado pelo Departamento Penitenciário Nacional. Embora essas três publicações constituam instrumentos relevantes para a compreensão da realidade penitenciária nacional, as diferenças dos quantitativos expressos nos instrumentos reforça a fragilidade dos respectivos dados, que podem levar a conclusões precipitadas, falsas ou a erros no planejamento e fiscalização da política penal e penitenciária. Observa-se, ainda, que dois desses instrumentos trabalham a informação em nível nacional e estadual, a partir de dados colhidos diretamente em cada unidade prisional, embora sob perspectivas diferentes. Importa dizer que os dados totalizados nas três fontes citadas não são desagregados por cada pessoa presa, mas por cada estabelecimento penal. Em outras palavras, até o advento do cadastro ora apresentado não havia nenhum sistema ou banco de dados que congregasse, de forma integrada em caráter nacional, as informações individuais a partir do registro da identificação de cada preso e as informações processuais mais relevantes.

Esta lacuna, embora possa ser vista como mera abstração, trazia consequências deletérias para a questão penal e carcerária no país. Por um lado, porque gerava uma enorme insegurança no que tange à possibilidade de identificação errônea de pessoas sobre as quais pendem ordens de prisão ou mesmo de soltura. Não havendo um cadastro de alcance nacional, diariamente, corria-se o risco de soltar-se indevidamente presos e de prender-se equivocadamente inocentes. Por outro, porque se deixava a cargo da administração penitenciária dos estados a produção de informação sobre o número de presos o que potencialmente precariza a confiabilidade das estatísticas e dados relevantes para a definição das políticas penal e penitenciária.

Por fim, não havendo um registro individualizado das informações relativas a cada preso e cada ordem de prisão, o Poder Judiciário não dispunha de nenhum método apropriado que permitisse efetuar um controle dos prazos aplicáveis à prisão enquanto medida cautelar, ou na execução de pena privativa de liberdade. E o Conselho Nacional de Justiça, num contexto de demandas e volumes de processos de magnitude continental, somente cumprirá a contento o seu papel de planificação e controle com o auxílio de instrumentos de gestão da informação.

Destarte, dentre as funcionalidades desenvolvidas para o sistema, merece destacar que o cadastro permitirá:

- ✓ identificar em tempo real e de forma individualizada as pessoas privadas de liberdade, procuradas e foragidas, a partir de listagem nominal e identificação única, com atribuição de um número de Registro Judiciário Individual - RJ;
- ✓ identificar processos judiciais que dão lastro à custódia, ou à ordem de prisão, relacionando-os individualmente aos indiciados ou réus;
- ✓ verificar se em diferentes comarcas, seções judiciárias, ou unidades da Federação foram cumpridas ou pendem outras ordens de prisão, bem como se há outras peças e processos cadastrados em relação à mesma pessoa;
- ✓ identificar a natureza jurídica das prisões determinadas e em curso, e o tipo penal relativo à investigação, imputação ou condenação;
- ✓ permitir ao Poder Judiciário a produção de estatísticas seguras a respeito do cumprimento das ordens de prisão e da população prisional;
- ✓ permitir o cadastramento das vítimas e dos familiares para que estes sejam cientificados do cumprimento das ordens de prisão e de soltura da pessoa, em consonância ao disposto no artigo 201, § 2º do Código de Processo Penal;
- ✓ permitir o recebimento de comunicações por parte de agentes policiais e penitenciários sobre o cumprimento das ordens de prisão;
- ✓ efetuar o monitoramento dos prazos da prisão provisória, com o objetivo de prover à autoridade judicial competente ferramentas de gestão de seu acervo de processos envolvendo réus presos;
- ✓ permitir a visualização da situação das pessoas privadas de liberdade que devem ser recambiadas para outras unidades da Federação.

### **1.3. Histórico de desenvolvimento e implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**

O Banco Nacional de Mandado de Prisão – BNMP foi instituído pela lei nº 12.403/2011, que acrescentou o artigo 289-A ao Código de Processo Penal e foi regulamentado pela Resolução nº 137/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de sistema mantido pelo CNJ voltado ao registro das ordens de prisão decretadas pelas autoridades judiciárias no país. A sua instituição teve por finalidade facilitar o conhecimento de ordens de prisão vigentes por qualquer interessado e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juízes no exercício de sua jurisdição. Disponível na rede mundial de

computadores, o projeto constituiu etapa relevante na democratização e estruturação de informações a respeito dos mandados de prisão. No entanto, a avaliação do banco de dados atual aponta para a existência de diversas ordens de prisão já cumpridas ou revogadas e não retiradas do sistema pela autoridade judiciária competente, que pode, por vezes, gerar prisão ilegal. Assim, o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, pretende não somente tratar esse problema, como também permitir o registro de outros documentos, como as certidões de cumprimento dos mandados de prisão, ordens de soltura e guias de recolhimento, dentre outros, viabilizando a extração das informações necessárias para o gerenciamento do número de pessoas privadas de liberdade no país, e de outras informações relevantes.

Vale consignar, ainda, que no bojo do Recurso Extraordinário nº 641.320, em que se discutiu a impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso daquele fixado na sentença, e cujo trânsito em julgado se deu em 1º de dezembro de 2016, foi determinada a adoção de algumas providências por parte do Conselho Nacional de Justiça, entre as quais se destaca a estruturação de Cadastro nacional de presos.

Por fim, cabe lembrar que o desenvolvimento do cadastro encontra fundamento também na Lei nº 12.106, de 12 de dezembro de 2009, que instituiu o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Dentre os objetivos legalmente atribuídos ao órgão foi apontada a necessidade de se *acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias*.

Estas as razões materiais e jurídicas que motivaram a decisão de implementação do novo sistema.

#### **1.4. Desenvolvimento, capacitação e implementação**

Para atender à demanda do Supremo Tribunal Federal e da própria sociedade, idealizou-se a construção imediata de ferramenta que permita a extração de metadados confiáveis, de forma permanente, automática e em tempo real, acerca da população carcerária nacional.

Assim, com esses objetivos em mente, a equipe do Conselho Nacional de Justiça iniciou o desenvolvimento do *Banco Nacional de **Monitoramento** de Prisões* em substituição ao Banco Nacional de Mandado de Prisões.

No levantamento inicial de requisitos para o desenvolvimento dessa nova ferramenta, foi mapeada a necessidade de inclusão das seguintes informações:

- a) identificação do preso a partir da numeração única já instituída;
- b) efetivo cumprimento do mandado de prisão ou da revogação daquela ordem, com a data em que ocorreu o ato;
- c) expedição de alvarás de soltura e respectiva data;
- d) dados constantes das guias de recolhimento e de internação, como previsto no artigo 106 da Lei de Execuções Penais e anexo da Resolução CNJ 113/2010;
- e) eventual extinção da punibilidade, com respectiva data;
- f) eventuais fugas e recapturas, com respectivas datas.

A partir do desenvolvimento de sistema de gestão eletrônica de documentos (GED) construiu-se um banco de dados com as informações necessárias à criação do Cadastro Nacional de Presos.

Importante registrar que durante a definição das regras de negócio, evidenciou-se a necessidade de criação e padronização dos documentos expedidos pelo Poder Judiciário, visto que cada Tribunal, por não dizer, cada magistrado, possuía sua forma particular de elaboração de documentos, o que dificulta enormemente a extração e mineração de dados.

Assim, o sistema apresenta um rol de documentos, com campos pré-definidos e de expedição obrigatória, todos com numeração única nacional, o que facilita o controle e a obtenção dos dados necessários.

Importante registrar que essa tarefa de padronização contou com a colaboração de um grupo de juízes estaduais e federais, vinculados aos processos criminal e execução penal, que validaram e contribuíram para o resultado final de cada documento.

Cabe registrar que, nas dezenas de reuniões realizadas pela equipe envolvida no desenvolvimento do sistema, restou evidenciada a constatação de que deveria ser evitado o formato clássico dos cadastros de alimentação manual que implicam a realização de retrabalho e propiciam falhas da alimentação e podem comprometer as informações coletadas.



De todo modo, o controle das pessoas privadas de liberdade será efetivado com o cadastramento das pessoas e registro de documentos processuais no sistema, que poderá informar as entradas e saídas de todas as pessoas procuradas ou presas, nas diversas categorias de prisão, civil ou penal, estejam elas em situação de prisão provisória, definitiva, ou em cumprimento de medida de segurança na modalidade internação.

Com a busca e eventual cadastramento da pessoa, que receberá um número identificador único nacional, denominado RJI – Registro Judicial Individual, serão incluídos os seguintes documentos:

- Mandado de Prisão;
- Certidão de Cumprimento de Mandado de Prisão;
- Contramandado de Prisão;
- Alvará de Soltura ou Ordem de Liberação;
- Mandado de Internação;
- Certidão de Cumprimento de Mandado de Internação;
- Contramandado de Internação;
- Ordem de Desinternação;
- Guia de Recolhimento Provisória e Definitiva;
- Guia de Internação Provisória e Definitiva;
- Guia de Recolhimento (Acervo de Execução);
- Guia de Internação (Acervo de Execução);
- Certidão de Arquivamento da Guia;
- Certidão de Extinção de Punibilidade por Morte.

Embora este relatório não seja o instrumento hábil a detalhar todas interações que o sistema é capaz de produzir, importante registrar algumas inovações, que vão imprimir maior eficiência na gestão do processo criminal.

No que diz respeito ao cadastro da pessoa, como já mencionado anteriormente, toda pessoa que passar pelo sistema prisional será cadastrada no Banco e ganhará um registro nacional, chamado RJI – Registro Judicial Individual. Esse cadastro vai permitir agregar informações importantes tais como: fotografia, cópia de documento, dados gerais, além da possibilidade de incorporação de dados de biometria, quando esta realidade alcançar a população carcerária.

O mandado de prisão padronizou campos aptos a identificar a espécie de prisão e trará listagem com todos os outros mandados de prisão/internação que eventualmente existam no país, em desfavor da mesma pessoa, possibilitando que um magistrado tenha conhecimento das ordens emitidas por outros magistrados.

Como listado acima, foi criada a certidão de cumprimento de mandado de prisão e de internação e este documento permitirá, não só o cumprimento daquela ordem que está em evidência, como também cumprirá, de forma automática e com a expedição de alertas, todos os mandados de prisão e de internação que existam em desfavor da mesma pessoa, sanando o problema, por vezes identificado, de se ter alguém preso em um estado com mandado de prisão pendente de cumprimento em outro, sem que se tenha conhecimento desse fato.

De igual forma, será imprimida maior segurança nos procedimentos relativos ao alvará de soltura, que trará, dentre outras informações, a identificação do mandado que está sendo baixado, o motivo da liberação e listagem com os mandos de prisão não alcançados pela ordem de liberação. Essa construção impedirá que a pessoa seja posta em liberdade quando exista outro mandado de prisão ou de internação em seu desfavor.

A guia de recolhimento adotada segue o modelo já estabelecido na Resolução CNJ 113/2010, mas trará uma listagem indicando outras guias existentes, em âmbito nacional, em nome da mesma pessoa. Essa inovação permitirá o conhecimento pelo juízo expedidor da guia e pela execução, quantas guias efetivamente existem em nome da mesma pessoa, possibilitando o que se pretende com unicidade da execução.

O sistema, além da padronização e interações dos documentos, possui como funcionalidades os alertas (comunicação interna entre magistrados acerca da movimentação de pessoas e documentos), notificações (comunicação para atores externos ao banco) relatórios (extração de relatórios customizados), portal (possibilidade de consulta pública de dados sem sigilo) e painel de controle (contendo informações nacionais atualizadas de forma dinâmica sobre o número de pessoas privadas de liberdade e outras questões relevante).

Após a realização do cadastro e a extração dos documentos do próprio banco pelo usuário, o sistema será capaz de classificar, de forma automática e em tempo real, as pessoas cadastradas na situação jurídica de presa, internada, procurada ou foragida, formando o necessário Cadastro Nacional de Presos.

Acrescente-se que o BNMP 2.0, foi construído vislumbrando-se as várias realidades do Brasil, de maneira que o sistema poderá ser alimentado de duas formas: via *web*, com o cadastro da pessoa e a extração dos documentos dentro do próprio banco, diretamente no site do Conselho Nacional de Justiça; ou via *webservice*, de forma que os mecanismos de integração entre os sistemas trarão os dados produzidos nos sistemas dos próprios tribunais até o BNMP 2.0.

Registra-se que, inicialmente, o escopo do banco circunscreve-se à pessoa maior de 18 anos privada de liberdade, assim entendida como a pessoa sobre a qual recaia medida cautelar ou pena de prisão, medida de segurança de internação ou prisão civil, e que esteja sob a efetiva custódia do Estado em estabelecimento penal. Note-se, porém, que o sistema possui possibilidade de evolução e potencial para agregar outras informações e até absorver outros cadastros já existentes, a exemplo do CNAEL – Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Realizada a entrega do sistema, no final no ano de 2017, iniciou-se o treinamento e a implantação do BNMP 2.0 nos estados-pilotos do projeto, a saber, Roraima, que testaria a utilização do sistema via *web*, e São Paulo e Santa Catarina, tribunais responsáveis por construir a integração dos sistemas, via *webservice*.

Com essa definição, no mês de outubro de 2017, realizou-se treinamento no estado de Roraima e a implantação iniciou-se imediatamente após o treinamento, com o auxílio da equipe do CNJ, por meio de alimentação via *web*, tendo Roraima enfrentado o desafio de cadastrar todos os presos e mandados de prisão pendentes de cumprimento, conseguindo desincumbir-se da tarefa em aproximadamente trinta dias.

Na sequência, os Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e Santa Catarina, laçaram-se, de forma comprometida, na construção da integração do sistema SAJ (sistema adotado pelos dois tribunais), com o BNMP 2.0, trabalho que igualmente foi exitoso. O Tribunal de Santa Catarina logrou encaminhar todas as informações das pessoas privadas de liberdade e mandados pendentes de cumprimento, enquanto a corte de São Paulo, no mesmo passo, já encaminhou para o banco informações relativas a mais de cento e setenta mil presos, demonstrando que a integração (utilização do sistema via *webservice*), também foi exitosa.

Encerrada a fase de testes nos Tribunais pilotos, passou-se à capacitação e implantação nos demais tribunais.

O treinamento em cada tribunal consistiu, via de regra, de duas etapas, realizadas em dois dias: uma apresentação teórica geral do Banco e das peças que podem ser

emitidas com o esclarecimento das linhas gerais do novo escopo do BNMP 2.0, e uma oficina prática para a simulação de geração de peças dentro de ambiente de testes do sistema, a fim de ensejar uma real familiaridade com o a ferramenta antes do início da efetiva alimentação. O público-alvo do primeiro dia foi integrado por magistrados e servidores dos tribunais em exercício nas varas criminais, de execução penal e de família, e no segundo dia o treinamento foi ministrado exclusivamente para os servidores dessas mesmas varas, responsáveis pela inserção dos dados no sistema. Sem prejuízo foram disponibilizados tutoriais e manual para viabilizar a multiplicação do trabalho formativo.

Receberam a capacitação presencial até o mês de julho de 2017 todos os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais, conforme estabelece a tabela abaixo:

**Tabela 1. Cronograma de treinamento e implantação do BNMP 2.0**

| Implantação Projeto BNMP 2.0 |                      |   |                        |                               |                                |
|------------------------------|----------------------|---|------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Tribunal                     | Forma de Alimentação | Data Treinamento                                  | Capacitação Presencial | Data de Início da Alimentação | Data do Término da Alimentação |
| TJAC                         | Webservice           | 6 e 7.03.18                                       | 116                    | 8.03.18                       | 11.04.18                       |
| TJAL                         | Webservice           | 30 a 31.01.18                                     | 74                     | 1º.02.18                      | 21.05.18                       |
| TJAP                         | Web                  | 23 a 24.01.18                                     | 45                     | 25.01.18                      | 16.05.18                       |
| TJAM                         | Web                  | 15 e 16.03.18                                     | 170                    | 19.03.18                      | 18.05.18                       |
| TJBA                         | Web                  | 21 a 23.02.18                                     | 250                    | 26.02.18                      | 11.05.18                       |
| TJCE                         | Web                  | 27 a 28.02.18                                     | 304                    | 1º.03.18                      | 01.06.18                       |
| TJDFT                        | Webservice           | 17 e 18.01.18 e 26 a 27.02.18                     | 99                     | 28.02.18                      | 28.04.18                       |
| TJES                         | Web                  | 15 e 16.03.18                                     | 192                    | 19.03.18                      | 24.05.18                       |
| TJGO                         | Web                  | 11 a 12.01.18                                     | 47                     | 15.01.18                      | 23.05.18                       |
| TJMA                         | Web                  | 6 a 7.02.18                                       | 105                    | 8.02.18                       | 30.05.18                       |
| TJMG                         | Web                  | 20 e 21.06.18 / 25 e 26.06 / 28 e 29.06 /3 e 4.07 | 359                    | 1º.07.18                      | 06.08.18                       |
| TJMS                         | Web                  | 13 e 14.03.18                                     | 113                    | 15.03.18                      | 10.05.18                       |
| TJMT                         | Webservice           | 19 e 20.03.18                                     | 246                    | 21.03.18                      | 04.06.18                       |
| TJPA                         | Web                  | 28.02 a 2.03.18                                   | 159                    | 5.03.18                       | 29.05.18                       |
| TJPB                         | Web                  | 20 a 21.02.18                                     | 86                     | 22.02.18                      | 07.06.18                       |
| TJPE                         | Web                  | 8 e 9.03.18                                       | 206                    | 12.03.18                      | 23.05.18                       |
| TJPI                         | Web                  | 7 a 9.02.18                                       | 88                     | 14.02.18                      | 27.04.18                       |
| TJPR                         | Webservice           | 17 e 18.01.18 e 22 e 23.05.18                     | 238                    | 15.01.18                      | 31.07.18                       |
| TJRJ                         | Webservice           | 17 e 18.01.18                                     | 10                     | 10.03.18                      | 30.05.18                       |
| TJRN                         | Web                  | 24 a 26.01.18                                     | 21                     | 29.01.18                      | 03.05.18                       |

|               |            |                           |     |              |               |
|---------------|------------|---------------------------|-----|--------------|---------------|
| TJRO          | Web        | 13 e 14.03.18             | 58  | 15.03.18     | 23.05.18      |
| TJRR          | Web        | 24 a 27.10.17             | 10  | 30.10.17     | 19.11.17      |
| TJRS          | -          | 12 e 13.06.18             | 54  | Não iniciado | Não concluído |
| TJSE          | Webservice | 31.01 a<br>02.02.18       | 93  | 5.02.18      | 22.03.18      |
| TJSC          | Webservice | 18 e 19.10.17             | 18  | 05.12.17     | 24.05.18      |
| TJSP          | Webservice | 18 e 19.10.17             | 186 | 05.12.17     | Não concluído |
| TJTO          | Web        | 20 e 21.03.18             | 61  | 22.03.18     | 22.03.18      |
| TRF 1         | Web        | 5 e 6.04.18 e<br>24.05.18 | 14  | 9.04.18      | 04.07.18      |
| TRF 2         | Web        | 5 e 6.04.18               | 56  |              | 25.05.18      |
| TRF 3         | Web        |                           |     |              | 18.07.18      |
| TRF 4         | Web        |                           |     |              | 22.06.18      |
| TRF 5         | Web        |                           |     |              | 16.05.18      |
| <b>Total:</b> |            |                           |     |              |               |

Fonte: DMF/CNJ

Ao todo, até o momento, foram capacitadas para a utilização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, o BNMP 2.0, presencialmente, mais de 3.400 pessoas, porém, em alguns estados como Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins o treinamento foi transmitido ao vivo para as demais comarcas do estado, permitindo que a equipe do CNJ treinasse e recebesse também pedidos de esclarecimentos de outras unidades dos Tribunais, de forma que a capacitação atingiu um número superior de servidores e magistrados. Além disso, alguns Tribunais como Bahia, Ceará e Pará, ainda disponibilizaram o conteúdo audiovisual do treinamento em seus portais com o fito de atingir um número ainda maior de servidores e magistrados nestes estados. Como exemplo, registra-se que em São Paulo o treinamento à distância atingiu mais de 2.800 participantes. Os estados que tiveram o maior número de pessoas capacitadas a utilizar BNMP 2.0 foram Bahia, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo.

Cumpre anotar que a alimentação de todas as pessoas privadas de liberdade foi concluída por todos os Tribunais federais e estaduais, à exceção dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, que não se desincumbiu da responsabilidade de alimentação do sistema; e o estado de São Paulo, que ainda finaliza ajustes atinentes ao serviço de *webservice* que integra o BNMP 2.0 a um segundo sistema processual eletrônico, valendo ressaltar porém, que a corte já conta com mais de 174.620 pessoas privadas de liberdade cadastradas.

Registre-se ainda que nesta primeira etapa de alimentação do BNMP 2.0 foram priorizados os trabalhos para inclusão de todas as pessoas privadas de liberdade, sendo que já no mês de julho de 2018, os Tribunais mobilizaram-se para a alimentação dos mandados

de prisão pendentes de cumprimentos, de forma que atualmente o banco já conta com mais de 190 mil mandados que se relacionam a cerca de 180 mil pessoas procuradas e mais de 9 mil pessoas foragidas em razão de ordens judiciais vigentes.

## **2. Estatísticas do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0 – 6 de agosto de 2018**

### **2.1. Notas metodológicas**

Os dados abaixo apresentados foram extraídos da base de dados do sistema Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0, que foi desenvolvida sobre a plataforma PostGre, com a utilização do *software* livre “R”. Em seguida os dados foram cotejados com os resultados obtidos por meio da ferramenta de *business intelligence* “QlikView”, a fim de assegurar a fidedignidade das informações apresentadas e corrigir eventuais inconsistências decorrentes de falhas na alimentação do sistema.

Como já explicitado no presente relatório, a alimentação do sistema se dá exclusivamente por usuários cadastrados entre servidores e magistrados, a partir de sua habilitação no SCA – sistema de controle de acesso (antigo corporativo) o qual é responsável pela administração dos usuários na maioria dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça. A inclusão de pessoa ou documento no sistema é, portanto, vinculada ao servidor ou magistrado responsável pela ação e pela veracidade das informações incluídas. Todos os documentos incluídos no BNMP 2.0 se relacionam a um processo judicial determinado que dá lastro à ordem de prisão conferindo, assim extrema confiabilidade à informação.

Cumprir reiterar que quando da elaboração do presente relatório dois Tribunais estaduais (SP e RS) não haviam finalizado a alimentação do cadastro. São Paulo que já havia avançado consideravelmente na alimentação, com 76,5% dos trabalhos já realizados, informações que serão consideradas para as análises apresentadas, visto que representam amostra muito significativa do universo das informações. Já o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que se encontra em mora no que atine à sua adesão ao projeto, consideraremos apenas os 177 registros feitos por outros Tribunais e que se referem às pessoas que estariam custodiadas naquela unidade da Federação.

Note-se, ademais, que alguns dos campos que integram os documentos registrados, bem como o cadastro biográfico ou qualificação das pessoas é de preenchimento facultativo, visto que comumente os autos de inquérito policial e de processos judiciais não contêm todas as informações possíveis. Deste modo, algumas informações publicadas no presente relatório podem se referir apenas à parcela das pessoas e/ou documentos dos quais a

informação efetivamente fora preenchida. Em tais casos, serão informados os campos amostrais que deram suporte à informação veiculada e sua significância percentual no universo total de pessoas privadas de liberdade.

Cumpra anotar que, em razão do estudo ser baseado em informações processuais individualizadas, podemos afirmar que dispomos, de forma inédita, de um dado fidedigno a respeito da natureza da prisão. A fim de conferir maior precisão aos dados, será registrado o número de presos sem condenação em primeiro grau de jurisdição, os presos já condenados que estão executando provisoriamente suas penas e os presos condenados que estão executando suas penas de forma definitiva.

No levantamento relativo aos tipos penais imputados aos presos, é necessário esclarecer que apenas uma parcela das pessoas privadas de liberdade responde a processo de conhecimento ou de execução relativo a um único tipo penal, sendo que em diversos casos há múltiplas imputações. Deste modo, a distribuição percentual dos tipos penais se dá entre o conjunto total de imputações que recaem sobre todas as pessoas privadas de liberdade. Assim, não é correto afirmar, com base no estudo que 27,58% dos presos brasileiros estão sendo processados ou foram condenados por crime de roubo. Correto é dizer que, dentre todos os crimes imputados às pessoas privadas de liberdade no país 27,58% referem-se ao crime de roubo<sup>1</sup>.

Note-se, ainda, que um percentual elevado de presos provisórios não conduz, por si, à conclusão de ineficiência do Poder Judiciário. Do contrário, a observância dos termos e prazos que garantem a higidez do processo penal implicam por vezes na dilação dos prazos para encerramento da instrução. Em outras palavras, pode não haver disfunção alguma na situação em que a prisão preventiva se iniciou há trinta, sessenta, ou noventa dias e em que não houve a prolação de sentença. No sistema jurídico brasileiro não há, salvo em parte dos procedimentos especiais, termo legal que limite a prisão processual a um período fixo. Deste modo, apenas a avaliação individual das circunstâncias de cada caso concreto permite a verificação de eventual excesso de prazo, sendo indevida a generalização corrente de que o percentual, mais ou menos elevado, de presos provisórios aponta para uma ilegalidade de responsabilidade do Poder Judiciário.

---

<sup>1</sup> O sistema BNMP 2.0 reformulou completamente o modelo de inclusão dos tipos penais em relação aos outros sistemas do CNJ, tendo em vista que estes não contemplavam a possibilidade de registro de uma multiplicidade de imputações, ou mesmo de dispositivos relativos ao mesmo crime, sendo que a tabela de classes e assuntos processuais não comporta o registro preciso das informações. Desta forma, foi desenvolvido módulo que permite a indicação de cada diploma legal, artigo e acessórios (parágrafos, incisos, alíneas, itens e partes) de forma individualizada e detalhada o que permitirá a produção precisa de informações a respeito do tema.

Assim, o tempo médio de prisão constante da publicação é apenas um indicador que pode apontar, de modo comparativo, o desempenho geral, de todos os magistrados que compõem um determinado tribunal, não se prestando a atestar disfunções. No entanto, em paralelo às publicações periódicas dos relatórios gerais de informação, o sistema desenvolvido permitirá a produção de relatórios para todos os juízes e Tribunais indicando-se, de forma individualizada, todos os processos que envolvam réus sem condenação por período de tempo superior a determinada faixa, como por exemplo com mais de 180 dias, e gerando alertas que irão auxiliar na gestão adequada do acervo processual e no controle das atividades funcionais.

Uma infinidade de relações poderia ter sido produzida a partir do banco de dados que compõe o BNMP. Optamos por limitar os dados publicados às informações gerais mais relevantes. Sem prejuízo, a fim de prover informações para uma ação específica, ou mesmo a partir de edições futuras do relatório, outras tantas informações poderão ser produzidas e publicadas.

Tendo em vista o escopo do sistema, os dados publicados referem-se exclusivamente às informações relativas pessoas privadas de liberdade, não abarcando dados atinentes aos estabelecimentos prisionais, como número de vagas, estruturas, facilidades, efetivo, etc. Tais dados já são monitorados pelo CNJ a partir do CNIEP/Geopresídios e constituem subsídio relevante para nortear as ações judiciais, mas escapam ao objetivo da presente publicação.

Por fim, registre-se que os dados são apresentados de forma descritiva, evitando-se ao máximo qualquer juízo valorativo - o que é tarefa dos especialistas e da academia. De todo modo, o quadro estatístico ora apresentado reveste-se de extrema importância para o planejamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas que incidem no sistema penitenciário.

## **2.2. Dados gerais**

Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul não lograram finalizar a alimentação do cadastro em tempo hábil para a presente publicação.

Observe-se que, finalizada a alimentação do Cadastro, poderemos dispor de forma inédita de informação absolutamente precisa sobre o número de pessoas privadas de liberdade no país, o que será publicado de forma permanente no painel de controle do portal público do sistema.



No dia 6 de agosto de 2018, havia 602.217 pessoas cadastradas no sistema como privadas de liberdade, incluídas as prisões civis e internações como medidas de segurança, distribuídas nas unidades da Federação, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2. Presos no Brasil**

| <b>UF de Custódia</b> | <b>Quantidade de Privados de Liberdade</b> | <b>Percentual</b> |
|-----------------------|--|-------------------|
| AC                    | 6.909                                      | 1,15              |
| AL                    | 4.634                                      | 0,77              |
| AM                    | 6.394                                      | 1,06              |
| AP                    | 2.856                                      | 0,47              |
| BA                    | 16.273                                     | 2,70              |
| CE                    | 20.795                                     | 3,45              |
| DF                    | 17.431                                     | 2,89              |
| ES                    | 21.287                                     | 3,53              |
| GO                    | 17.775                                     | 2,95              |
| MA                    | 10.421                                     | 1,73              |
| MG                    | 58.664                                     | 9,74              |
| MS                    | 22.644                                     | 3,76              |
| MT                    | 9.414                                      | 1,56              |
| PA                    | 15.706                                     | 2,61              |
| PB                    | 11.826                                     | 1,96              |
| PE                    | 27.286                                     | 4,53              |
| PI                    | 4.535                                      | 0,75              |
| PR                    | 27.420                                     | 4,55              |
| RJ                    | 77.950                                     | 12,94             |
| RN                    | 7.427                                      | 1,23              |
| RO                    | 8.667                                      | 1,44              |
| RR                    | 2.168                                      | 0,36              |
| RS**                  | 177  | 0,03              |
| SC                    | 20.434                                     | 3,39              |
| SE                    | 4.893                                      | 0,81              |
| SP*                   | 174.620                                    | 29,00             |
| TO                    | 3.604                                      | 0,60              |
| Não definida***       | 7  | 0,00              |
| <b>Total</b>          | <b>602.217</b>                             | <b>100%</b>       |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* O tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ainda não encerrou a alimentação. O TJSP, no dia 6 de agosto de 2018, já possuía 76,5% dos presos estimados cadastrados.

\*\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ainda não iniciou a implantação. Os dados constantes referem-se aos presos alimentados por outros tribunais estaduais, cujo preso encontra-se custodiado no Rio Grande do Sul e pelo Tribunal Federal da 4ª Região.

\*\*\* Não definida a unidade de custódia significa que o tribunal, quando da alimentação do cadastro, não informou o local de custódia.

Note-se que os dados acima foram definidos pelo local de custódia da pessoa privada de liberdade e não pela área correspondente ao Tribunal ou órgão judiciário responsável pela alimentação. Cumpre ressaltar ainda, que a utilização de ferramenta voltada à unificação de identidades poderá, em curto prazo, trazer ainda mais segurança para o Banco.

### 2.2.1. Nº de pessoas privadas de liberdade e taxas de encarceramento por UF

Em relação à distribuição das pessoas privadas de liberdade por unidade da Federação, cabe registrar que o número total e a taxa de presos custodiados em cada unidade da Federação por grupo de 100 mil habitantes se dão em conformidade com o que registram a tabela e gráfico abaixo. Observa-se que os dados relativos ao número de pessoas privadas de liberdade foram retirados do BNMP 2.0 no dia 6 de agosto de 2018, e o número de habitantes por unidade da Federação foi obtido a partir do relatório do IBGE do ano de 2017.

**Tabela 3. Número total de pessoas privadas de liberdade taxa de encarceramento por UF**

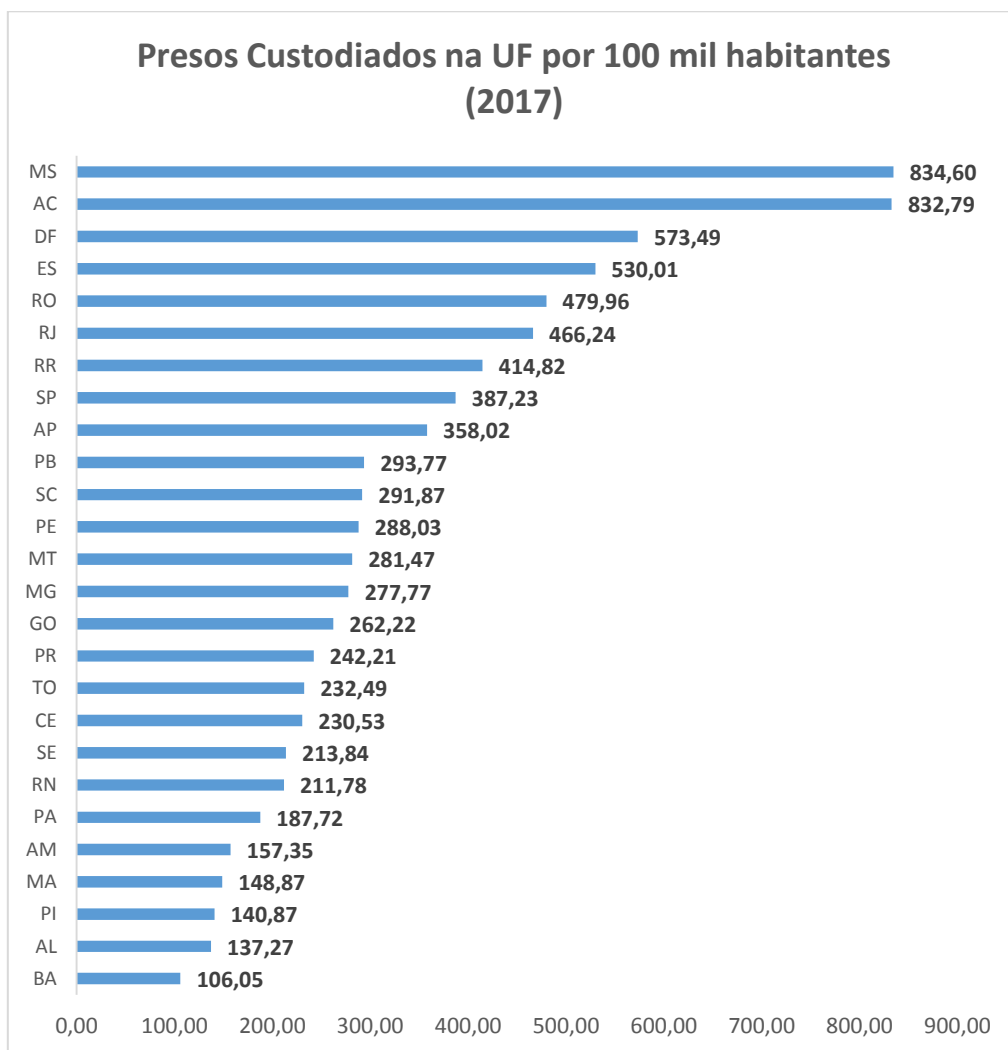
| UF de Custódia | População estimada para o ano 2017 | Quantidade de Custodiados segundo o BNMP 2.0 | Custodiados na UF por 100 mil habitantes |
|----------------|------------------------------------|--|--|
| AC             | 829.619                            | 6.909  | 832,79                                   |
| AL             | 3.375.823                          | 4.634  | 137,27                                   |
| AM             | 4.063.614                          | 6.394  | 157,35                                   |
| AP             | 797.722                            | 2.856  | 358,02                                   |
| BA             | 15.344.447                         | 16.273                                       | 106,05                                   |
| CE             | 9.020.460                          | 20.795                                       | 230,53                                   |
| DF             | 3.039.444                          | 17.431                                       | 573,49                                   |
| ES             | 4.016.356                          | 21.287                                       | 530,01                                   |
| GO             | 6.778.772                          | 17.775                                       | 262,22                                   |
| MA             | 7.000.229                          | 10.421                                       | 148,87                                   |
| MG             | 21.119.536                         | 58.664                                       | 277,77                                   |
| MS             | 2.713.147                          | 22.644                                       | 834,60                                   |
| MT             | 3.344.544                          | 9.414  | 281,47                                   |
| PA             | 8.366.628                          | 15.706                                       | 187,72                                   |
| PB             | 4.025.558                          | 11.826                                       | 293,77                                   |
| PE             | 9.473.266                          | 27.286                                       | 288,03                                   |
| PI             | 3.219.257                          | 4.535  | 140,87                                   |
| PR             | 11.320.892                         | 27.420                                       | 242,21                                   |
| RJ             | 16.718.956                         | 77.950                                       | 466,24                                   |
| RN             | 3.507.003                          | 7.427  | 211,78                                   |
| RO             | 1.805.788                          | 8.667  | 479,96                                   |
| RR             | 522.636                            | 2.168  | 414,82                                   |

|     |            |         |        |
|-----|------------|---------|--------|
| RS* | 11.322.895 | 177     | -      |
| SC  | 7.001.161  | 20.434  | 291,87 |
| SE  | 2.288.116  | 4.893   | 213,84 |
| SP  | 45.094.866 | 174.620 | 387,23 |
| TO  | 1.550.194  | 3.604   | 232,49 |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018; IBGE Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017.

\*Vide notas da Tabela 2.

**Gráfico 1. Taxa de encarceramento por UF**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\*O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi retirado do gráfico de presos custodiados na UF por 100 mil habitantes, tendo em vista que ainda não iniciou a implantação. Os dados constantes (177 presos) referem-se a presos alimentados por outros tribunais estaduais, cujo preso encontra-se custodiado no Rio Grande do Sul ou foi alimentado pelo Tribunal Federal da 4ª Região. Mantê-lo no gráfico significaria atribuí-lo um índice de 1,56%, incompatível com a realidade da taxa de encarceramento do estado.

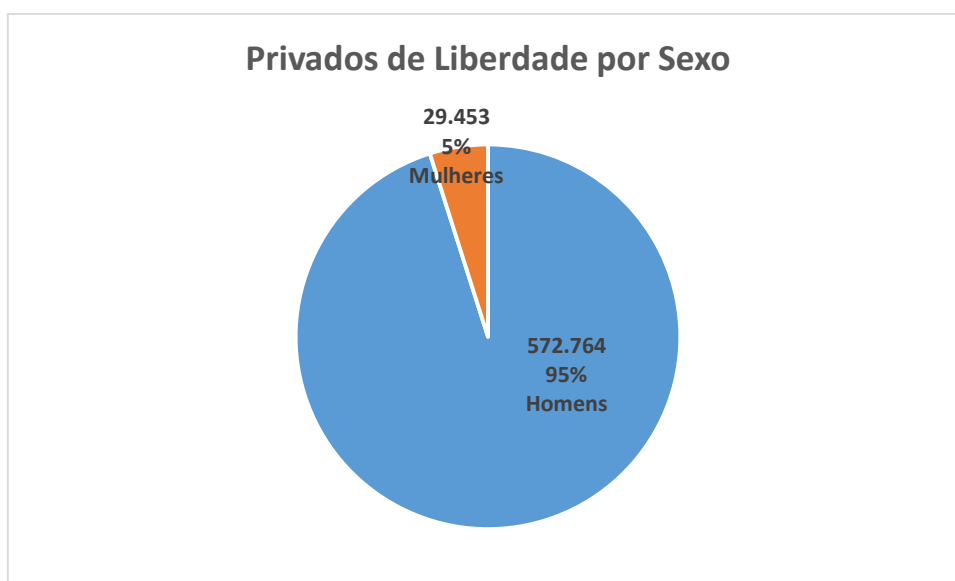
Os estados que dispõem das taxas mais elevadas no país são os estados de Mato Grosso do Sul e Acre, enquanto os estados que possuem um menor número de presos

em relação à sua população total são Bahia e Alagoas, tendo em vista que em relação à São Paulo e Rio Grande do Sul os dados ainda não estão completos.

### 2.2.2. Nº de pessoas privadas de liberdade por sexo

Em 6 de agosto de 2018 havia no Brasil 602.217 pessoas privadas de liberdade, distribuídas entre homens e mulheres na proporção indicada na tabela abaixo:

**Gráfico 2. Pessoas privadas de liberdade por sexo**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Tabela 4. Sexo por UF**

| UF de Custódia | Masculino (%) | Feminino (%) | Total  |
|----------------|---------------|--------------|--------|
| AC             | 6.501 (94)    | 408 (5,9)    | 6.909  |
| AL             | 4.449 (96)    | 185 (3,9)    | 4.634  |
| AM             | 6.163 (96,3)  | 231 (3,6)    | 6.394  |
| AP             | 2.734 (95,7)  | 122 (4,2)    | 2.856  |
| BA             | 15.715 (96,5) | 558 (3,4)    | 16.273 |
| CE             | 19.35 (95,3)  | 960 (4,6)    | 20.795 |
| DF             | 16.701 (95,8) | 730 (4,1)    | 17.431 |
| ES             | 20.316 (95,4) | 971 (4,5)    | 21.287 |
| GO             | 16.965 (95,4) | 810 (4,5)    | 17.775 |
| MA             | 10.015 (96,1) | 406 (3,8)    | 10.421 |
| MG             | 56.318 (96)   | 2.346 (3,9)  | 58.664 |
| MS             | 20.837 (92)   | 1.807 (7,9)  | 22.644 |
| MT             | 8.963 (95,2)  | 451 (4,7)    | 9.414  |
| PA             | 14.952 (95,1) | 754 (4,8)    | 15.706 |
| PB             | 11.305 (95,5) | 521 (4,4)    | 11.826 |
| PE             | 26.197 (96)   | 1.089 (3,9)  | 27.286 |

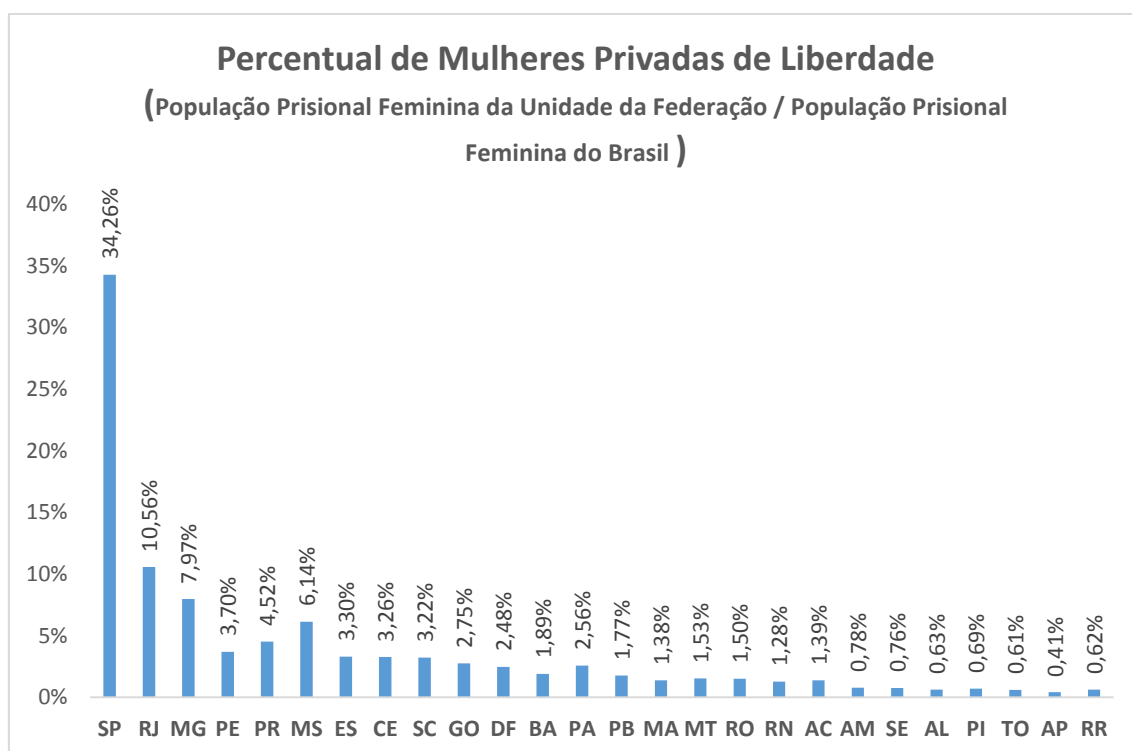
|               |                       |                     |                |
|---------------|-----------------------|---------------------|----------------|
| PI            | 4.331 (95,5)          | 204 (4,4)           | 4.535          |
| PR            | 26.088 (95,1)         | 1.332 (4,8)         | 27.420         |
| RJ            | 74.839 (96)           | 3.111 (3,9)         | 77.950         |
| RN            | 7.050 (94,9)          | 377 (5)             | 7.427          |
| RO            | 8.225 (94,9)          | 442 (5)             | 8.667          |
| RR            | 1.984 (91,5)          | 184 (8,4)           | 2.168          |
| RS**          | 166 (93,7)            | 11 (6,2)            | 177            |
| SC            | 19.486 (95,3)         | 948 (4,6)           | 20.434         |
| SE            | 4.669 (95,4)          | 224 (4,5)           | 4.893          |
| SP            | 164.530 (94,2)        | 10.090 (5,7)        | 174.620        |
| TO            | 3425 (95)             | 179 (4,9)           | 3.604          |
| <b>Total*</b> | <b>572.764 (95,1)</b> | <b>29.453 (4,8)</b> | <b>602.217</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Constan ainda do total de pessoas privadas de liberdade cuja UF de Custódia não foi identificada (sete presos), dos quais cinco são homens e dois são mulheres.

\*\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ainda não iniciou a implantação. Os dados constantes referem-se aos presos alimentados por outros tribunais estaduais, cujo preso encontra-se custodiado no Rio Grande do Sul e pelo Tribunal Federal da 4ª Região.

### Gráfico 3. Percentual de mulheres privadas de liberdade por UF de custódia do Brasil

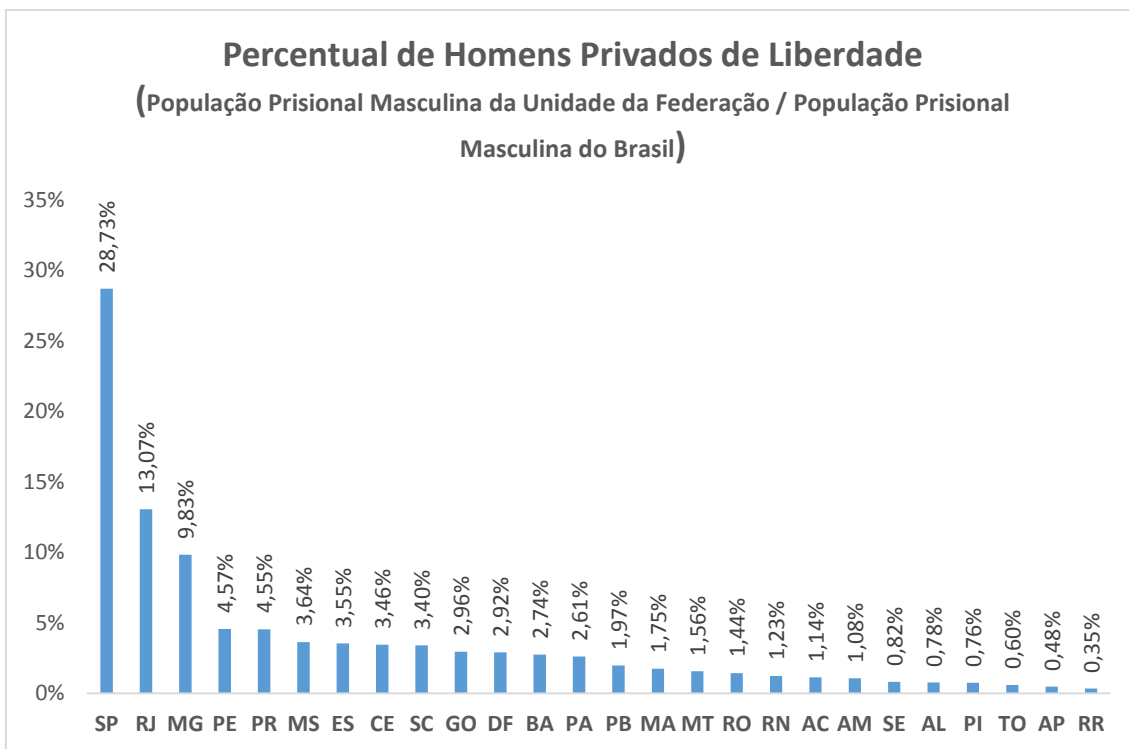


Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide notas da Tabela 4.

\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi retirado do gráfico de mulheres presas por UF de custódia, tendo em vista que ainda não iniciou a implantação. Mantê-lo no gráfico significaria atribuí-lo um índice de 0,04%, incompatível com a realidade da taxa de encarceramento feminino do estado.

### Gráfico 4. Percentual de homens privadas de liberdade por UF de custódia do Brasil



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Ver notas Tabela 4.

\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi retirado do gráfico de homens presos por UF de custódia, tendo em vista que ainda não iniciou a implantação. Mantê-lo no gráfico significaria atribuí-lo um índice de 0,03%, incompatível com a realidade da taxa de encarceramento masculino do estado.

### 2.2.3. Distribuição dos Presos e Internados da Justiça Estadual e da Justiça Federal

Com o cadastramento de todas as pessoas privadas de liberdade pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais no país, temos pela primeira vez a oportunidade de divulgar dados relativos ao número de presos da Justiça Federal e sua participação nas ordens de prisão e internação vigentes no país.

Note-se que para fins do presente relatório consideram-se presos e internados da Justiça Federal apenas as pessoas privadas de liberdade em razão de ordem de constrição proferida desse ramo do Poder Judiciário no curso de processo de conhecimento até o advento eventual condenação, ainda que sujeita a recurso, bem como os presos que cumprem pena no Sistema Penitenciário Federal<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Com a condenação a pena privativa de liberdade em primeiro grau deve ser expedida de imediato para viabilizar a execução provisória da pena aplicada, e considerando que, via de regra, a competência material para cumprimento das penas ainda que aplicadas pela Justiça Federal é do sistema penitenciário dos estados, tais pessoas foram computadas como presos/internados da Justiça Estadual.

Pelos dados coletados em 6 de agosto de 2018, apenas 2.271 presos ou internados no país estão nessa condição sob a responsabilidade exclusiva e em razão de ordens de prisão emanadas apenas de órgãos da Justiça Federal como apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 5. Distribuição dos Presos e Internados da Justiça Estadual e da Justiça Federal**

| UF de Custódia | Estadual       | Federal      | Ambas as Justiças | Total Geral    |
|----------------|----------------|--------------|-------------------|----------------|
| AC             | 6.872          | 14           | 0                 | 6.909          |
| AL             | 4.596          | 14           | 0                 | 4.634          |
| AM             | 6.374          | 13           | 7                 | 6.394          |
| AP             | 2.831          | 25           | 0                 | 2.856          |
| BA             | 16.246         | 24           | 3                 | 16.273         |
| CE             | 20.709         | 62           | 12                | 20.795         |
| DF             | 17.421         | 6            | 1                 | 17.431         |
| ES             | 21.232         | 46           | 7                 | 21.287         |
| GO             | 17.742         | 21           | 9                 | 17.775         |
| MA             | 10.381         | 27           | 10                | 10.421         |
| MG             | 58.525         | 100          | 33                | 58.664         |
| MS             | 22.255         | 316          | 59                | 22.644         |
| MT             | 9.308          | 87           | 18                | 9.414          |
| PA             | 15.688         | 11           | 5                 | 15.706         |
| PB             | 11.787         | 23           | 15                | 11.826         |
| PE             | 27.236         | 38           | 11                | 27.286         |
| PI             | 4.505          | 26           | 3                 | 4.535          |
| PR             | 27.107         | 312          | 0                 | 27.420         |
| RJ             | 77.711         | 198          | 39                | 77.950         |
| RN             | 7.292          | 88           | 47                | 7.427          |
| RO             | 8.577          | 73           | 17                | 8.667          |
| RR             | 2.162          | 5            | 1                 | 2.168          |
| RS***          | 95             | 81           | 1                 | 177            |
| SC             | 20.334         | 66           | 12                | 20.434         |
| SE             | 4.878          | 6            | 9                 | 4.893          |
| SP**           | 173.727        | 589          | 163               | 174.620        |
| TO             | 3.604          | 0            | 0                 | 3.604          |
| <b>Brasil*</b> | <b>599.202</b> | <b>2.271</b> | <b>482</b>        | <b>602.217</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* 262 registros não possibilitaram a identificação da origem do processo avaliado entre justiça federal e estadual, bem como sete não trouxe a identificação da UF de custódia.

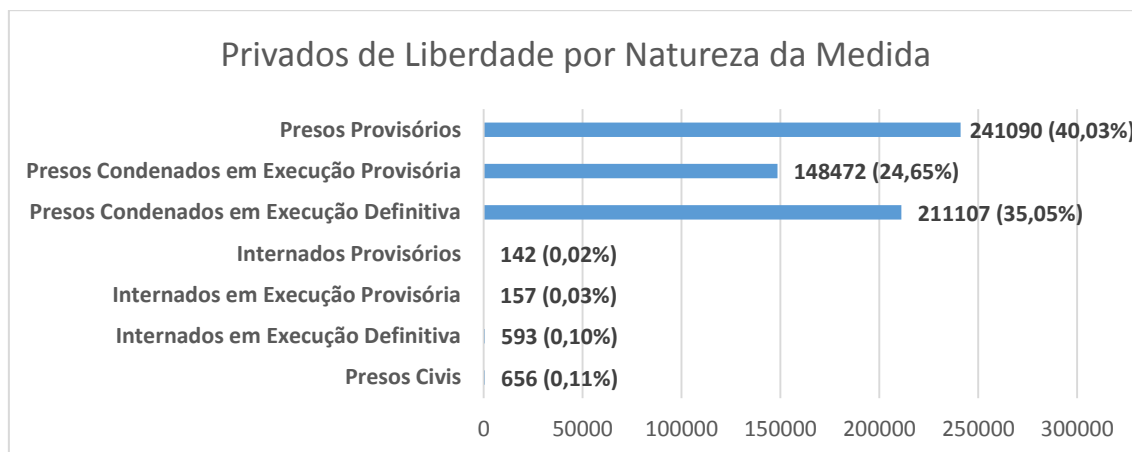
\*\* O Tribunal de São Paulo ainda não concluiu a alimentação.

\*\*\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ainda não iniciou a implantação. Os dados constantes referem-se aos presos alimentados por outros tribunais estaduais, cujo preso encontra-se custodiado no Rio Grande do Sul e pelo Tribunal Federal da 4ª Região.

### 2.3. Natureza das prisões

Do total de pessoas privadas de liberdade no país, 0,11% são presos civis; 0,15% são pessoas cumprindo medida de segurança na modalidade internação; 99,74% são pessoas presas em processo de natureza penal.

**Gráfico 5. Pessoas privadas de liberdade pela natureza da medida**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Cumpre anotar que, no sistema, o documento hábil à mudança da natureza da prisão sem condenação para prisão decorrente de condenação é a guia de recolhimento, de modo que são computados como presos sem condenações as pessoas que já condenadas em primeiro grau em relação às quais não foi expedida guia de recolhimento. Neste sentido o parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução CNJ 113/2010 estabelece o prazo máximo de cinco dias para a expedição da guia de recolhimento definitiva ou de internação, dispondo o artigo 9º do mesmo ato normativo que a guia provisória deve ser expedida após o recebimento de eventual recurso.

### 2.3.1. Prisões Civis

Como afirmado, o novo BNMP prevê o cadastramento de todas as ordens de prisão/internação decorrentes de decisão judicial, deste modo dispomos do número de pessoas presas em razão de ordem de prisão civil, conforme quadro abaixo:

**Tabela 6. Prisões Civis por UF**

| Tribunal* | Presos Civis |
|-----------|--------------|
| TJSP      | 258          |
| TJSC      | 130          |
| TJMG      | 108          |
| TJES      | 25           |
| TJDFT     | 14           |
| TJMS      | 23           |
| TJGO      | 13           |
| TJTO      | 12           |
| TJPA      | 14           |
| TJCE      | 8            |
| TJMA      | 8            |
| TJRO      | 11           |



|              |            |
|--------------|------------|
| <b>TJAC</b>  | 4          |
| <b>TJAL</b>  | 3          |
| <b>TJAM</b>  | 4          |
| <b>TJMT</b>  | 6          |
| <b>TJPI</b>  | 3          |
| <b>TJAP</b>  | 3          |
| <b>TJBA</b>  | 3          |
| <b>TJRN</b>  | 3          |
| <b>TJPE</b>  | 1          |
| <b>TJPR</b>  | 1          |
| <b>TJPB</b>  | 1          |
| <b>TJRJ</b>  | 0          |
| <b>TJRR</b>  | 0          |
| <b>TJSE</b>  | 0          |
| <b>Total</b> | <b>656</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Dados referem apenas aos Tribunais estaduais, tendo em vista que apenas estes tribunais detêm competência na área de execução decorrente de descumprimento da obrigação alimentar.

\*\* O estado do Rio Grande do Sul foi excluído desta tabela tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não iniciou a implantação do BNMP 2.0.

Registre-se que os exíguos prazos previstos na legislação processual para a prisão civil e, por conseguinte a alta rotatividade da constrição, se relacionam com o número relativamente baixo de prisões civis.

### 2.3.2. *Prisões penais*

Considerando que a fonte dos dados ora apresentados são as informações constantes dos próprios processos judiciais, de forma inédita, o CNJ tem condições de apresentar um dado mais detalhado acerca da natureza jurídica das prisões penais e internações, como medida de segurança, aplicadas no país. Deste modo, parece adequado estabelecer em face do conceito jurídico de presos provisórios (presos em processos de conhecimento sem trânsito em julgado) uma relevante distinção entre presos sem condenação em primeiro grau jurisdicional, e os presos condenados em execução provisória de sua pena privativa de liberdade, que correspondem aos casos em que já houve um pronunciamento judicial acerca da necessidade de imposição da pena e há possibilidade de obtenção de benefícios em sede de execução. Como terceira categoria de análise, situamos os condenados em execução definitiva, assim entendidos como as pessoas que já tem ao menos uma

condenação transitada em julgado e, por conseguinte, estão cumprindo de forma definitiva sua pena. <sup>3</sup>

**Tabela 7. Prisões penais por natureza da medida por UF**

| <b>Tribunal</b> | <b>Presos Condenados em Execução Provisória (%)</b> | <b>Presos Condenados em Execução Definitiva (%)</b> | <b>Presos sem Condenação (%)</b> | <b>Total</b> |
|-----------------|---|---|----------------------------------|--------------|
| <b>TJAC</b>     | 1.245 (18,14)                                       | 3.120 (45,47)                                       | 2.497 (36,39)                    | 6.862        |
| <b>TJAL</b>     | 1.039 (22,85)                                       | 578 (12,71)   | 2.931 (64,45)                    | 4.548        |
| <b>TJAM</b>     | 914 (14,38)   | 1.787 (28,11)                                       | 3.656 (57,51)                    | 6.357        |
| <b>TJAP</b>     | 65 (2,30)   | 1.728 (61,06)                                       | 1.037 (36,64)                    | 2.830        |
| <b>TJBA</b>     | 4.580 (28,31)                                       | 3.529 (21,81)                                       | 8.071 (49,88)                    | 16.180       |
| <b>TJCE</b>     | 4.246 (20,49)                                       | 5.417 (26,14)                                       | 11.061 (53,37)                   | 20.724       |
| <b>TJDF</b>     | 526 (3,05)  | 12.510 (72,58)                                      | 4.200 (24,37)                    | 17.236       |
| <b>TJES</b>     | 3.707 (17,38)                                       | 9.498 (44,54)                                       | 8.121 (38,08)                    | 21.326       |
| <b>TJGO</b>     | 1.619 (9,04)  | 8.295 (46,33)                                       | 7.990 (44,63)                    | 17.904       |
| <b>TJMA</b>     | 1.012 (9,83)  | 4.202 (40,82)                                       | 5.079 (49,34)                    | 10.293       |
| <b>TJMG</b>     | 9.892 (17,02)                                       | 29.480 (50,73)                                      | 18.736 (32,24)                   | 58.108       |
| <b>TJMS</b>     | 10.365 (46,80)                                      | 8.825 (39,85)                                       | 2.957 (13,35)                    | 22.147       |
| <b>TJMT</b>     | 1.119 (12,01)                                       | 3.945 (42,32)                                       | 4.257 (45,67)                    | 9.321        |
| <b>TJPA</b>     | 4.060 (26,03)                                       | 5.110 (32,76)                                       | 6.430 (41,22)                    | 15.600       |
| <b>TJPB</b>     | 994 (8,40)  | 6.838 (57,76)                                       | 4.006 (33,84)                    | 11.838       |
| <b>TJPE</b>     | 3.549 (13,01)                                       | 12.501 (45,84)                                      | 11.223 (41,15)                   | 27.273       |
| <b>TJPI</b>     | 1.104 (24,41)                                       | 1.395 (30,85)                                       | 2.023 (44,74)                    | 4.522        |
| <b>TJPR</b>     | 5.493 (20,20)                                       | 12.978 (47,73)                                      | 8.717 (32,06)                    | 27.188       |
| <b>TJRJ</b>     | 12.916 (16,65)                                      | 19.612 (25,28)                                      | 45.048 (58,07)                   | 77.576       |
| <b>TJRN</b>     | 417 (5,68)  | 3.472 (47,31)                                       | 3.450 (47,01)                    | 7.339        |
| <b>TJRO</b>     | 546 (6,35)  | 6.364 (74,00)                                       | 1.690 (19,65)                    | 8.600        |
| <b>TJRR</b>     | 422 (19,44)   | 956 (44,04)   | 793 (36,53)                      | 2.171        |
| <b>TJRS*</b>    | S/I   | S/I   | 26 (100,00)                      | 26           |
| <b>TJSC</b>     | 6.472 (32,03)                                       | 8.397 (41,55)                                       | 5.339 (26,42)                    | 20.208       |
| <b>TJSE</b>     | 574 (11,57)   | 1.270 (25,60)                                       | 3.117 (62,83)                    | 4.961        |
| <b>TJSP</b>     | 70.857 (40,92)                                      | 37.334 (21,56)                                      | 64.975 (37,52)                   | 173.166      |
| <b>TJTO</b>     | 445 (12,28)   | 1.797 (49,59)                                       | 1.382 (38,13)                    | 3.624        |
| <b>TRF1</b>     | 30 (6,65)   | 33 (7,32)   | 388 (86,03)                      | 451          |
| <b>TRF2</b>     | 14 (5,11)   | 20 (7,30)   | 240 (87,59)                      | 274          |
| <b>TRF3</b>     | 128 (12,67)   | 62 (6,14)   | 820 (81,19)                      | 1.010        |
| <b>TRF4</b>     | 37 (7,40)   | 2 (0,40)  | 461 (92,20)                      | 500          |
| <b>TRF5</b>     | 70 (28,34)  | 33 (13,36)  | 144 (58,30)                      | 247          |

<sup>3</sup> Nas hipóteses em que a mesma pessoa esteja presa, sem condenação e esteja em execução provisória e/ou definitiva da pena, prevalece a condição de condenado definitivo, ou condenado em execução provisória nesta ordem para fins da presente contagem.

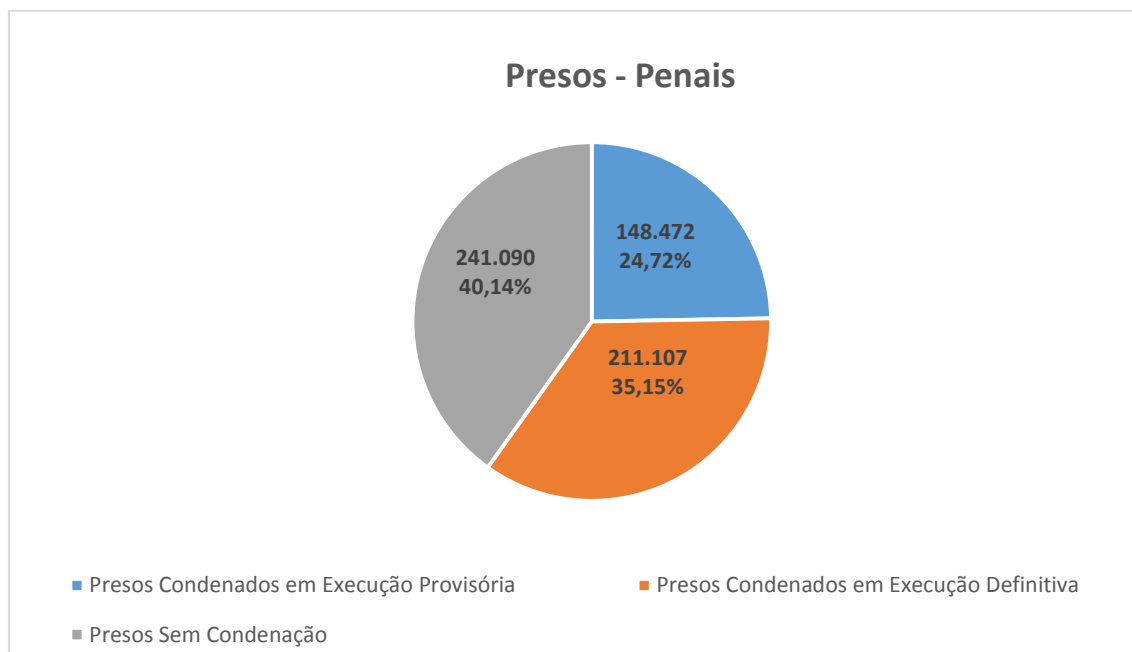
|                 |                        |                        |                        |                |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|----------------|
| <b>Brasil**</b> | <b>148.472 (24,72)</b> | <b>211.107 (35,15)</b> | <b>241.090 (40,14)</b> | <b>600.669</b> |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|----------------|

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide notas da Tabela 2.

\*\* Há ainda 259 registros (225 sem condenação; 15 condenados em execução provisória e 19 em execução definitiva) cujo tribunal não foi identificado.

### Gráfico 6. Total de Presos Penais



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.3.3. Internações

Já as medidas de segurança aplicadas na modalidade internação, estão assim distribuídas nas unidades da federação:

**Tabela 8. Internações por natureza da medida por UF**

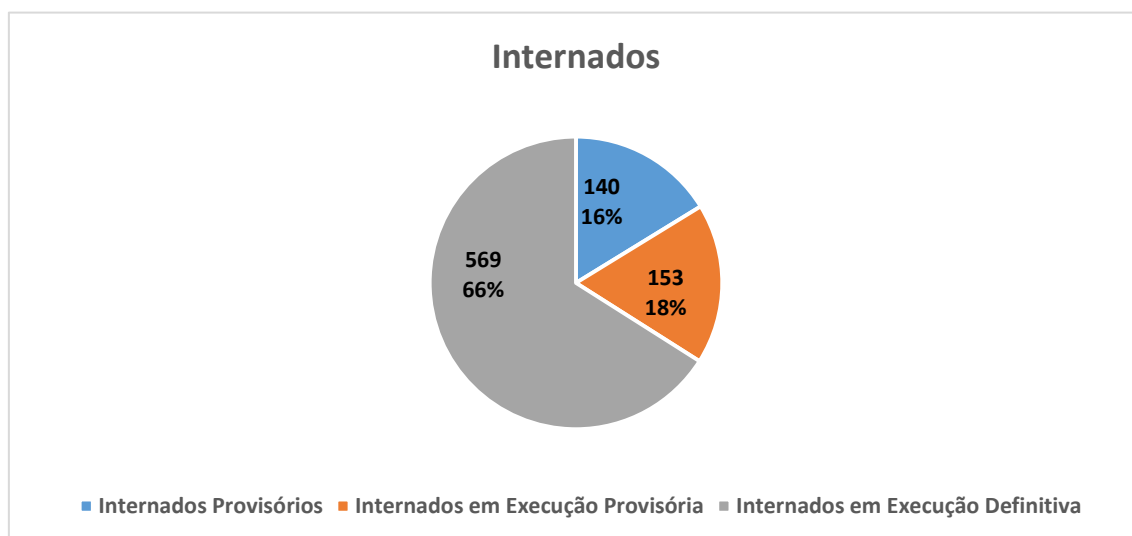
| Tribunal     | Internados Provisórios (%) | Internados em Execução Provisória (%) | Internados em Execução Definitiva (%) | Total |
|--------------|----------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-------|
| <b>TJAC</b>  | 0 (0,00)                   | 1 (10,00)                             | 9 (90,00)                             | 10    |
| <b>TJAL</b>  | 1 (33,33)                  | 0 (0,00)                              | 2 (66,67)                             | 3     |
| <b>TJAM</b>  | 1 (33,33)                  | 1 (33,33)                             | 1 (33,33)                             | 3     |
| <b>TJAP</b>  | 0 (0,00)                   | 0 (0,00)                              | 1 (100,00)                            | 1     |
| <b>TJBA</b>  | 26 (42,62)                 | 16 (26,23)                            | 19 (31,15)                            | 61    |
| <b>TJCE</b>  | 8 (50,00)                  | 4 (25,00)                             | 4 (25,00)                             | 16    |
| <b>TJDFT</b> | 4 (7,55)                   | 0 (0,00)                              | 49 (92,45)                            | 53    |
| <b>TJES</b>  | 1 (2,17)                   | 4 (8,70)                              | 41 (89,13)                            | 46    |

|               |                     |                    |                    |            |
|---------------|---------------------|--------------------|--------------------|------------|
| <b>TJGO</b>   | 1 (8,33)            | 2 (16,67)          | 9 (75,00)          | 12         |
| <b>TJMA</b>   | 12 (21,05)          | 1 (1,75)           | 44 (77,19)         | 57         |
| <b>TJMG</b>   | 2 (2,22)            | 9 (10,00)          | 79 (87,78)         | 90         |
| <b>TJMS</b>   | 2 (12,50)           | 10 (62,50)         | 4 (25,00)          | 16         |
| <b>TJMT</b>   | 1 (11,11)           | 1 (11,11)          | 7 (77,78)          | 9          |
| <b>TJPA</b>   | 10 (11,90)          | 36 (42,86)         | 38 (45,24)         | 84         |
| <b>TJPB</b>   | 14 (30,43)          | 0 (0,00)           | 32 (69,57)         | 46         |
| <b>TJPE</b>   | 15 (10,87)          | 32 (23,19)         | 91 (65,94)         | 138        |
| <b>TJPI</b>   | 4 (57,14)           | 0 (0,00)           | 3 (42,86)          | 7          |
| <b>TJPR</b>   | 0                   | 0                  | 0                  | 0          |
| <b>TJRJ</b>   | 0 (0,00)            | 0 (0,00)           | 1 (100,00)         | 1          |
| <b>TJRN</b>   | 2 (13,33)           | 0 (0,00)           | 13 (86,67)         | 15         |
| <b>TJRO</b>   | 0 (0,00)            | 1 (20,00)          | 4 (80,00)          | 5          |
| <b>TJRR</b>   | 0 (0,00)            | 0 (0,00)           | 1 (100,00)         | 1          |
| <b>TJRS</b>   | S/I                 | S/I                | S/I                | S/I        |
| <b>TJSC</b>   | 8 (20,00)           | 10 (25,00)         | 22 (55,00)         | 40         |
| <b>TJSE</b>   | 1 (100,00)          | 0 (0,00)           | 0 (0,00)           | 1          |
| <b>TJSP</b>   | 28 (16,18)          | 29 (16,76)         | 116 (67,05)        | 173        |
| <b>TJTO</b>   | 0 (0,00)            | 0 (0,00)           | 3 (100,00)         | 3          |
| <b>TRF1</b>   | 0                   | 0                  | 0                  | 0          |
| <b>TRF2</b>   | 0                   | 0                  | 0                  | 0          |
| <b>TRF3</b>   | 1 (100,00)          | 0 (0,00)           | 0 (0,00)           | 1          |
| <b>TRF4</b>   | 0                   | 0                  | 0                  | 0          |
| <b>TRF5</b>   | 0                   | 0                  | 0                  | 0          |
| <b>Brasil</b> | <b>142 (15,92%)</b> | <b>157 (17,60)</b> | <b>593 (66,48)</b> | <b>892</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide notas da Tabela 2.

### Gráfico 7. Internados no Brasil



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.3.4. Presos sujeitos a recambiamento

Sendo extremamente vago e insuficiente o marco legal que orienta a definição das hipóteses de recambiamento, sobretudo em casos que envolvem uma multiplicidade de processos que tramitam em unidades da federação distintas, se impõe uma regulamentação mais precisa do tema, e se torna dificultoso o levantamento remoto de todas as situações que reclamam o recambiamento dos privados de liberdade.

No entanto, emana do artigo 289, parágrafo 3º do Código de Processo Penal diretriz clara que aponta para o recambiamento nos casos em que a pessoa responde a um ou mais processos em UF distinta da UF do local de custódia. Esta a hipótese mais simples e inequívoca que aponta pela necessidade de recambiamento, cujos números são a seguir apresentados:

**Tabela 9. Pessoas privadas de liberdade sujeitas a recambiamento por UF do local de custódia**

| <b>UF de Custódia</b> | <b>Recambiamento</b> | <b>Total de Presos</b> |
|-----------------------|----------------------|------------------------|
| AC                    | 16                   | 6.909                  |
| AL                    | 76                   | 4.634                  |
| AM                    | 23                   | 6.394                  |
| AP                    | 10                   | 2.856                  |
| BA                    | 137                  | 16.273                 |
| CE                    | 107                  | 20.795                 |
| DF                    | 119                  | 17.431                 |
| ES                    | 49                   | 21.287                 |
| GO                    | 189                  | 17.775                 |
| MA                    | 82                   | 10.421                 |
| MG                    | 285                  | 58.664                 |
| MS                    | 147                  | 22.644                 |
| MT                    | 102                  | 9.414                  |
| PA                    | 58                   | 15.706                 |
| PB                    | 45                   | 11.826                 |
| PE                    | 80                   | 27.286                 |
| PI                    | 43                   | 4.535                  |
| PR                    | 212                  | 27.420                 |
| RJ                    | 141                  | 77.950                 |
| RN                    | 64                   | 7.427                  |
| RO                    | 49                   | 8.667                  |
| RR                    | 4                    | 2.168                  |

|                 |              |                |
|-----------------|--------------|----------------|
| <b>RS*</b>      | 70           | 177            |
| <b>SC</b>       | 143          | 20.434         |
| <b>SE</b>       | 21           | 4.893          |
| <b>SP</b>       | 680          | 174.620        |
| <b>TO</b>       | 33           | 3.604          |
| <b>Brasil**</b> | <b>2.985</b> | <b>602.217</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ainda não iniciou a implantação. Os dados constantes referem-se aos presos alimentados por outros tribunais estaduais, cujo preso encontra-se custodiado no Rio Grande do Sul e pelo Tribunal Federal da 4ª Região.

\*\* Sete presos do total não trouxeram a identificação da UF de custódia.

## 2.4. Presos por tipo de regime

Excetuadas as pessoas presas exclusivamente por processos criminais sem condenação e desconsideradas as internações (medida de segurança), e analisada a informação atinente a todas as guias de recolhimento provisórias e definitivas cadastradas no BNMP 2.0, chega-se à conclusão que 266.416 pessoas presas se encontram no regime fechado, 86.766 pessoas no regime semiaberto e 6.339 pessoas no regime aberto cumprindo esta pena em casa do albergado<sup>4</sup>.

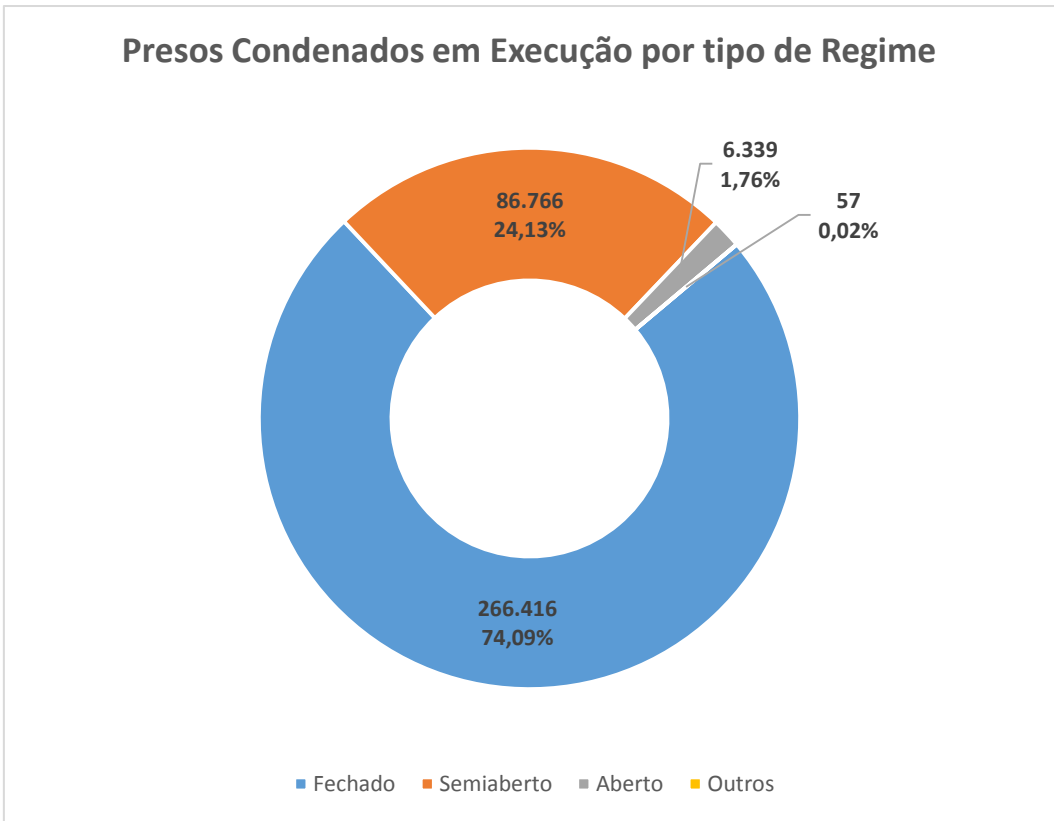
Cabe lembrar que o escopo do banco é a pessoa privada de liberdade custodiada em uma casa penal do sistema penitenciário, de forma que os números apresentados para os regimes fechado, semiaberto e aberto, não representam o quantitativo de pessoas que efetivamente estão cumprindo penas nesses regimes, pois a desativação de vagas e casas penais, especialmente dos regimes semiaberto e aberto, tem feito com que as pessoas condenadas nesses regimes passem a cumprir a pena em prisão domiciliar e monitoramento eletrônico.

Desta forma, a insuficiência de vagas e casas penais, para o cumprimento de pena nos regimes semiaberto e aberto ocasiona uma distorção, com a elevação do percentual de cumprimento no regime fechado.

Assim, as pessoas privadas de liberdade estão dispostas nos seguintes regimes:

### Gráfico 8. Pessoas privadas de liberdade por regime

<sup>4</sup> Não estão incluídas as prisões domiciliares como substitutivas do regime aberto, com ou sem medidas cautelares, em razão da definição conceitual e metodológica adotada a respeito das pessoas privadas de liberdade.



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Consta do banco o número de 57 pessoas com condenação que não foi possível identificar o regime.

**2.5. Mortos no sistema penal**

Dados extraídos a partir da Certidão de Extinção de Punibilidade por Morte indicam quantos registros de pessoas que faleceram dentro do sistema penal foram efetuados considerando a data final de alimentação do passivo no BNMP 2.0, que se deu no período compreendido entre outubro de 2017 a agosto de 2018, sendo a data de referência do presente levantamento, 6 de agosto de 2018:

**Tabela 10. Mortes no sistema prisional por UF**

| UF de Custódia | Término da Alimentação | Quantidade de presos mortos |
|----------------|------------------------|-----------------------------|
| AC             | 11.04.18               | 0                           |
| AL             | 21.05.18               | 0                           |
| AM             | 16.05.18               | 3                           |
| AP             | 18.05.18               | 6                           |
| BA             | 11.05.18               | 3                           |

|                |                  |            |
|----------------|------------------|------------|
| <b>CE</b>      | 1º.06.18         | 4          |
| <b>DF</b>      | 28.04.18         | 0          |
| <b>ES</b>      | 24.05.18         | 4          |
| <b>GO</b>      | 23.05.18         | 11         |
| <b>MA</b>      | 30.05.18         | 8          |
| <b>MG</b>      | 6.08.18          | 12         |
| <b>MS</b>      | 10.05.18         | 8          |
| <b>MT</b>      | 04.06.18         | 1          |
| <b>PA</b>      | 29.05.18         | 30         |
| <b>PB</b>      | 07.06.18         | 1          |
| <b>PE</b>      | 23.05.18         | 2          |
| <b>PI</b>      | 27.04.18         | 0          |
| <b>PR</b>      | 31.07.18         | 0          |
| <b>RJ</b>      | 30.05.18         | 2          |
| <b>RN</b>      | 03.05.18         | 3          |
| <b>RO</b>      | 23.05.18         | 0          |
| <b>RR</b>      | 19.11.17         | 2          |
| <b>SC</b>      | 24.05.18         | 3          |
| <b>SE</b>      | 22.03.18         | 1          |
| <b>SP</b>      | Não<br>concluído | 4          |
| <b>TO</b>      | 22.03.18         | 1          |
| <b>Brasil*</b> |                  | <b>109</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não iniciou a implantação do BNMP 2.0, foi retirado da tabela.

Considerando que os Tribunais de Justiça dos Estados de SP e RS não concluíram a alimentação, os dados informados estão por certo aquém da realidade verificada naquelas unidades da federação.

## 2.6. Tipo penal

### 2.6.1. Tipos penais mais recorrentes imputados às pessoas privadas de liberdade

Como já afirmado nas notas metodológicas, apenas uma parcela das pessoas privadas de liberdade responde a processo de conhecimento ou de execução em que se lhe imputa um único tipo penal, havendo diversas pessoas privadas de liberdade com múltiplas imputações. Deste modo, a distribuição percentual dos tipos penais apresentadas se



dá entre o conjunto total de imputações registrados nos documentos relativos a todas as pessoas privadas de liberdade cadastradas no sistema. Neste sentido, a distribuição dos tipos penais mais recorrentes se dá em conformidade com a seguinte tabela:

**Tabela 11. Tipos penais mais recorrentes imputados às pessoas privadas de liberdade**

| <b>Tipificação Penal*</b>                               | <b>Percentual</b> |
|---|-------------------|
| Roubo   | 27,58             |
| Tráfico de drogas                                       | 24,74             |
| Homicídio   | 11,27             |
| Furto   | 8,63              |
| Posse, porte, disparo e comércio de arma de fogo ilegal | 4,88              |
| Estupro   | 3,34              |
| Receptação  | 2,31              |
| Estatuto da Criança e do Adolescente                    | 2,11              |
| Crimes contra a fé pública                              | 1,46              |
| Crimes contra adm. pública                              | 1,46              |
| Associação criminosa                                    | 1,38              |
| Lei Maria da Penha                                      | 0,96              |
| Ameaça  | 0,95              |
| Lesão corporal  | 0,87              |
| Organização Criminosa                                   | 0,79              |
| Latrocínio  | 0,78              |
| Código Nacional de Trânsito                             | 0,75              |
| Extorsão  | 0,56              |
| Estelionato   | 0,56              |
| Dano  | 0,29              |
| Ocultação de cadáver                                    | 0,26              |
| Sequestro/cárcere privado                               | 0,16              |
| Feminicídio   | 0,15              |
| Contravenções Penais                                    | 0,15              |
| Incêndio  | 0,12              |
| Tortura   | 0,10              |
| Ultraje público ao pudor                                | 0,10              |
| Violação de domicílio                                   | 0,09              |
| Crimes contra a honra                                   | 0,08              |
| Apropriação indébita                                    | 0,07              |
| Constrangimento ilegal                                  | 0,06              |
| Coação no curso do processo                             | 0,06              |
| Corrupção de menores                                    | 0,06              |
| Homicídio culposo                                       | 0,05              |
| Motim de presos   | 0,04              |
| <b>Total**</b>  | <b>97,21%</b>     |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

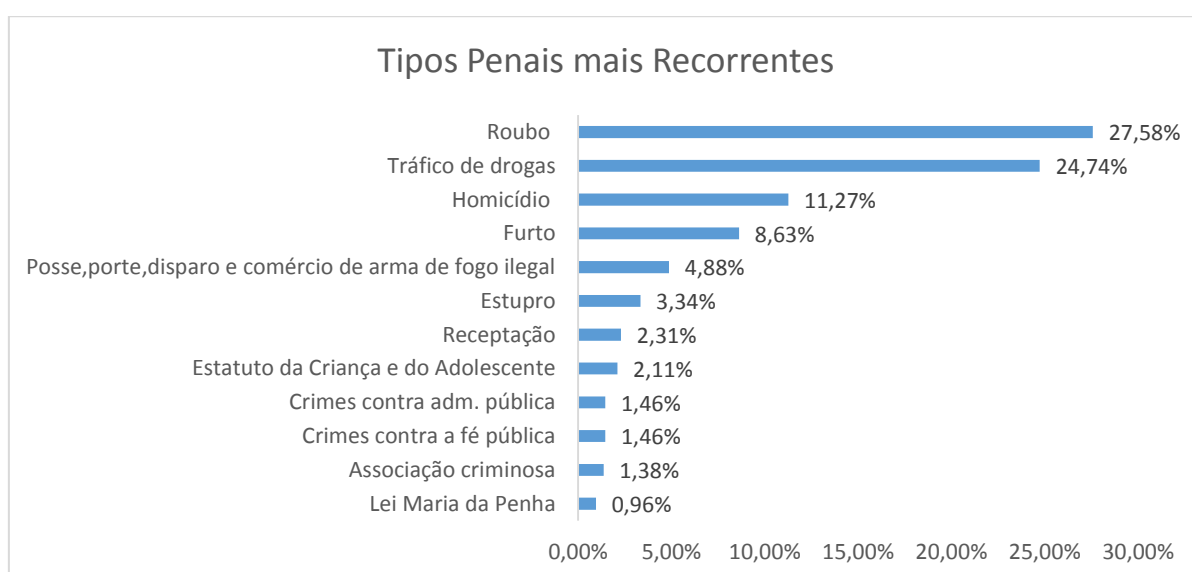
\* A tipificação refere-se a todos os documentos registrados em relação a todas as pessoas privadas de liberdade.

\*\* 2,79% das tipificações penais referem-se a outros crimes não listados na tabela.

Dentre todos os crimes imputados às pessoas privadas de liberdade no país 27,58% referem-se ao crime de roubo, simples ou nas suas formas agravadas, excluído o latrocínio, 24,74% ao tráfico de drogas e condutas correlatas, 11,27% aos crimes de homicídio, e 8,63% aos crimes de furto.

Merece destaque a existência de 1,46% imputações relativas a crimes contra a Administração Pública e 0,79% de crimes previstos na lei das organizações criminosas, o que totaliza 2,25% do total das imputações que envolvem pessoas privadas de liberdade no sistema de justiça criminal brasileiro.

**Gráfico 9. Tipos penais mais recorrentes**



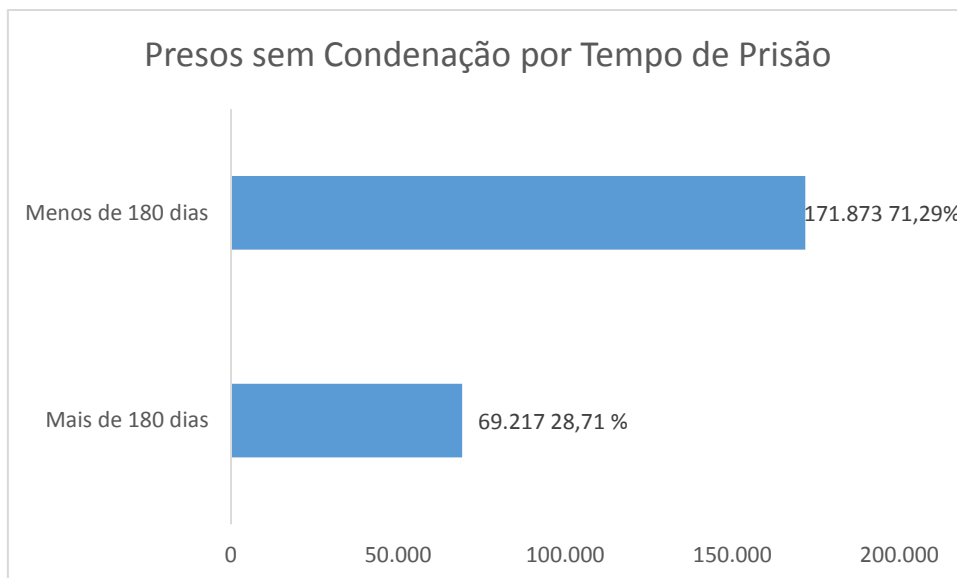
Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

## 2.7. Tempo de prisão sem condenação de primeiro grau

### 2.7.1. Tempo médio de prisão sem condenação por tribunal

No que tange ao tempo de prisão sem condenação de primeiro grau, o levantamento circunscreveu todos os processos em que vigora ordem de prisão já cumprida em que não tenha havido sentença, para, a partir da data do cumprimento do mandado de prisão, calcular o tempo médio de constrição verificado em cada Tribunal. Os resultados são apresentados no gráfico abaixo:

**Gráfico 10. Tempo médio de prisão sem condenação**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Como já registrado em nota à Tabela 12, as pessoas condenadas em relação às quais não foi expedida guia de recolhimento são computadas como presos sem condenação

\*\* Diante da integração dos sistemas em parte dos registros não constou a data de cumprimento da ordem de prisão, de modo que esse dado deverá ser depurado continuamente pelo sistema. O registro apresentado acima se refere ao número total de 241.090 prisões consideradas, em relação às quais a data foi incluída.

Reitere-se que apenas a avaliação individual das circunstâncias de cada caso concreto permite a verificação de eventual excesso de prazo, sendo o presente exercício útil apenas para estabelecer um padrão de análise comparativa entre os Tribunais, não se prestando a atestar, de forma geral, disfunção nos casos concretos.

## 2.8. Perfil do preso brasileiro

Como afirmado nas notas metodológicas, considerando que vários campos inseridos no formulário de qualificação das pessoas privadas de liberdade são de preenchimento facultativo, as informações apresentadas no presente item se referem ao total dos presos em que o dado está disponível<sup>5</sup>. Esta amostra considerada representa, em relação ao total de pessoas privadas de liberdade, o percentual indicado na tabela abaixo em relação a cada item analisado:

**Tabela 12. Representatividade das informações por item e percentual de preenchimento**

| Informação          | Quantidade de Respostas | Percentual de respostas em relação ao total (%) |
|---------------------|-------------------------|---|
| <b>Escolaridade</b> | 207.843                 | 34,51   |
| <b>Estado Civil</b> | 341.194                 | 56,66   |

<sup>5</sup> Em estando disponíveis outros dados do cadastro biográfico da pessoa privada de liberdade, poderá ser requerida, ao juízo da causa a complementação da qualificação dos presos e internados.

|                      |         |       |
|----------------------|---------|-------|
| <b>Cor/Raça</b>      | 209.003 | 34,71 |
| <b>Faixa Etária</b>  | 543.267 | 90,21 |
| <b>Nacionalidade</b> | 514.309 | 85,40 |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Tabela 13. Percentual de preenchimento em relação ao total de presos por UF**

| <b>UF de Custódia</b> | <b>Escolaridade (%)</b> | <b>Estado Civil (%)</b> | <b>Cor/Raça (%)</b> | <b>Faixa Etária (%)</b> | <b>Nacionalidade (%)</b> | <b>Total de Presos</b> |
|-----------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|------------------------|
| AC                    | 11,87                   | 74,80                   | 9,96                | 91,95                   | 97,68                    | 6.909                  |
| AL                    | 16,57                   | 36,40                   | 8,05                | 78,29                   | 97,95                    | 4.634                  |
| AM                    | 9,04                    | 41,21                   | 5,32                | 86,36                   | 99,19                    | 6.394                  |
| AP                    | 65,41                   | 8,89                    | 30,36               | 96,85                   | 100,00                   | 2.856                  |
| BA                    | 50,48                   | 19,70                   | 55,63               | 95,32                   | 99,94                    | 16.273                 |
| CE                    | 24,03                   | 23,18                   | 3,83                | 96,14                   | 93,97                    | 20.795                 |
| DF                    | 4,95                    | 42,86                   | 2,04                | 41,13                   | 84,65                    | 17.431                 |
| ES                    | 23,66                   | 56,38                   | 23,41               | 97,49                   | 99,80                    | 21.287                 |
| GO                    | 7,17                    | 27,90                   | 9,07                | 98,85                   | 99,97                    | 17.775                 |
| MA                    | 30,01                   | 43,35                   | 25,09               | 96,72                   | 99,97                    | 10.421                 |
| MG                    | 8,42                    | 73,42                   | 11,48               | 97,68                   | 99,86                    | 58.664                 |
| MS                    | 10,86                   | 36,91                   | 9,07                | 98,19                   | 98,69                    | 22.644                 |
| MT                    | 28,70                   | 33,56                   | 6,73                | 98,34                   | 99,97                    | 9.414                  |
| PA                    | 14,82                   | 70,25                   | 40,23               | 96,56                   | 99,95                    | 15.706                 |
| PB                    | 22,48                   | 30,06                   | 9,45                | 95,65                   | 99,92                    | 11.826                 |
| PE                    | 20,61                   | 57,89                   | 17,66               | 96,87                   | 99,95                    | 27.286                 |
| PI                    | 41,30                   | 27,36                   | 15,15               | 96,45                   | 99,98                    | 4.535                  |
| PR                    | 22,09                   | 57,61                   | 0,29                | 99,90                   | 99,99                    | 27.420                 |
| RJ                    | 0,11                    | 96,23                   | 0,13                | 52,36                   | 0,51                     | 77.950                 |
| RN                    | 7,15                    | 25,49                   | 5,95                | 96,65                   | 99,85                    | 7.427                  |
| RO                    | 11,05                   | 41,39                   | 8,57                | 99,11                   | 99,93                    | 8.667                  |
| RR                    | 6,46                    | 44,97                   | 6,04                | 96,31                   | 100,00                   | 2.168                  |
| RS*                   | 24,86                   | 52,54                   | 21,47               | 98,31                   | 100,00                   | 177                    |
| SC                    | 70,14                   | 18,84                   | 55,50               | 98,45                   | 99,01                    | 20.434                 |
| SE                    | 2,88                    | 79,52                   | 0,47                | 90,46                   | 86,76                    | 4.893                  |
| SP                    | 76,94                   | 14,85                   | 86,68               | 99,37                   | 97,27                    | 174.620                |
| TO                    | 29,47                   | 13,15                   | 19,26               | 98,22                   | 99,97                    | 3.604                  |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide nota da Tabela 2.

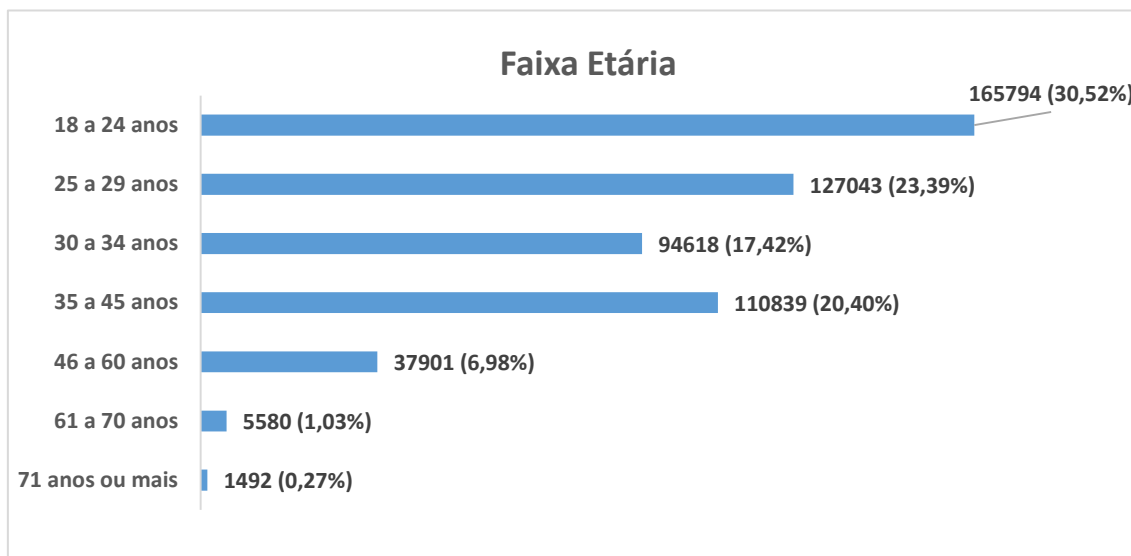
### 2.8.1. Faixa etária

Quanto à faixa etária das pessoas privadas de liberdade no país, 30,52% têm entre 18 e 24 anos e 23,39% entre 25 e 29 anos, demonstrando que mais da metade da população carcerária registrada no Banco tem até 29 anos, conforme gráfico abaixo<sup>6</sup>. Vale

<sup>6</sup> A informação disponível refere-se a 543.267 registros que representam 90,21% do total de pessoas cadastradas no sistema.

lembrar que neste registro não estão incluídos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade, que não integram o escopo atual do BNMP 2.0.

**Gráfico 11. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil**



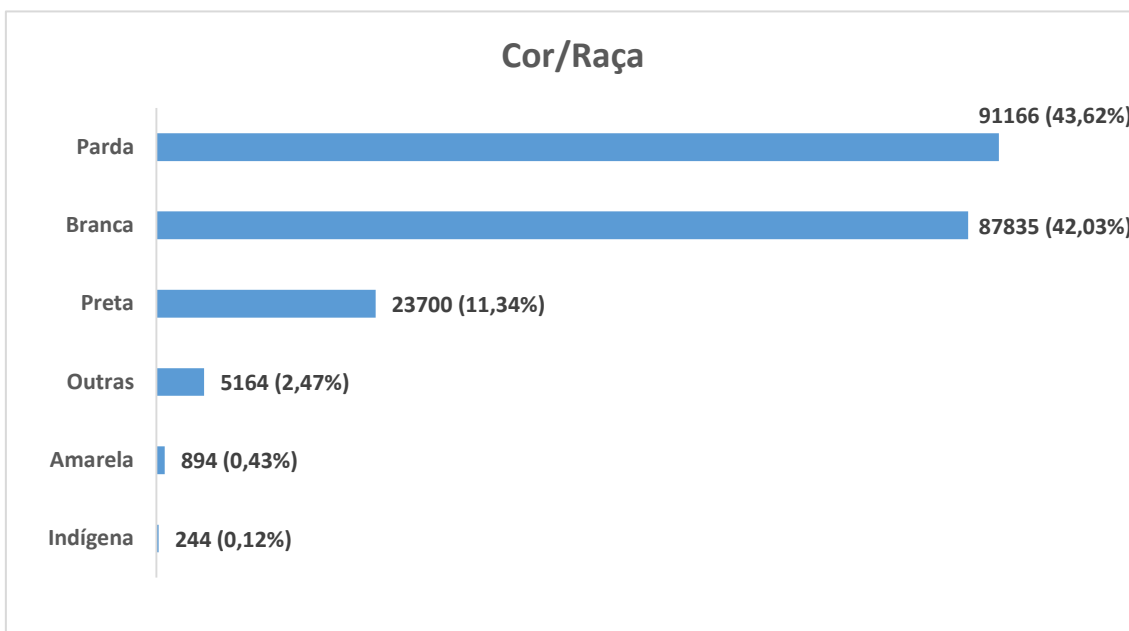
Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.8.2. Raça, cor ou etnia

Quanto raça, cor etnia das pessoas privadas de liberdade no país, dos dados incluídos no cadastro da pessoa privada de liberdade, o total de 54,96% foram classificados como pretos ou pardos, conforme gráfico abaixo<sup>7</sup>:

**Gráfico 12. Raça, cor e etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil**

<sup>7</sup> A informação disponível refere-se a 209.003 registros que representam apenas 34,71% do total de pessoas cadastradas no sistema.



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

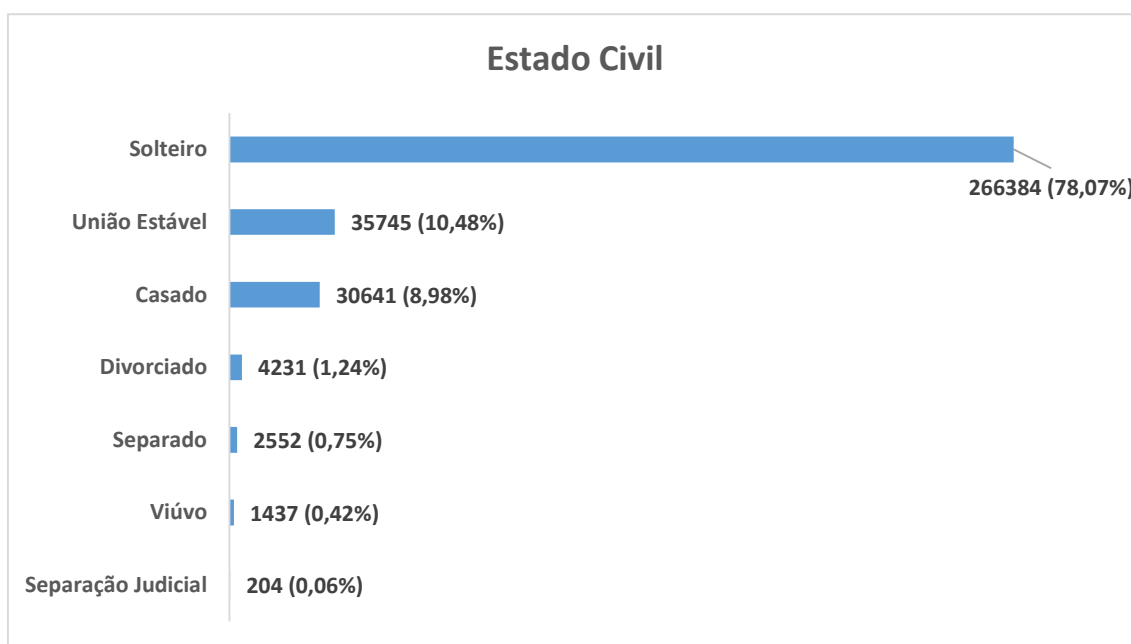
\* classificação cor/raça segundo IBGE.

### 2.8.3. Estado civil

Já o estado civil da população privada de liberdade no país observa a seguinte distribuição:<sup>8</sup>

### Gráfico 13. Estado Civil das pessoas privadas de liberdade no Brasil

<sup>8</sup> A informação disponível refere-se a 341.194 registros que representam apenas 56,66% do total de pessoas cadastradas no sistema.



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

#### 2.8.4. Pessoas com deficiência física

Há no sistema penitenciário brasileiro apenas 202 pessoas cadastradas com deficiência física.

**Tabela 14. Nº de presos com deficiência física no total da população carcerária por UF**

| UF de Custódia | Deficiência Física |
|----------------|--------------------|
| AC             | 1                  |
| AL             | 0                  |
| AM             | 1                  |
| AP             | 4                  |
| BA             | 9                  |
| CE             | 4                  |
| DF             | 3                  |
| ES             | 4                  |
| GO             | 3                  |
| MA             | 6                  |
| MG             | 6                  |
| MS             | 1                  |
| MT             | 1                  |
| PA             | 4                  |
| PB             | 5                  |
| PE             | 8                  |
| PI             | 2                  |

|              |            |
|--------------|------------|
| PR           | 0          |
| RJ           | 136        |
| RN           | 0          |
| RO           | 3          |
| RR           | 0          |
| SC           | 0          |
| SE           | 0          |
| SP           | 1          |
| TO           | 0          |
| <b>Total</b> | <b>202</b> |

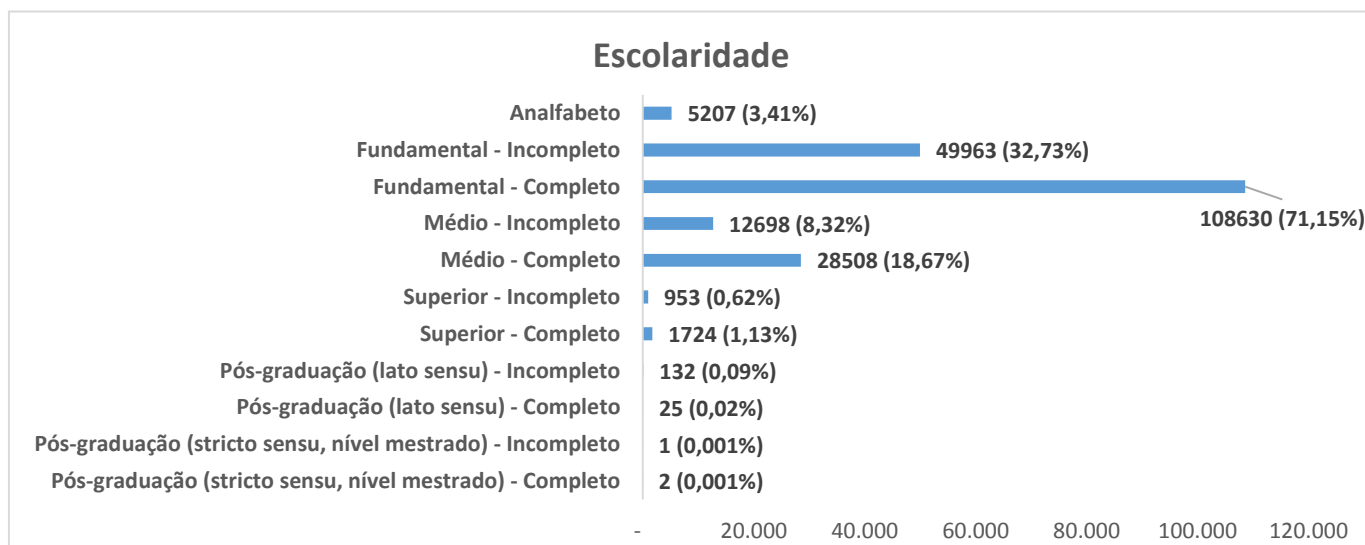
Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Rio Grande do Sul foi excluído da tabela tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não iniciou a implantação do BNMP 2.0.

### 2.8.5. Escolaridade

No que tange ao acesso à educação formal pelas pessoas privadas de liberdade no país, dispomos do seguinte quadro<sup>9</sup>:

**Gráfico 14. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.8.6. Estrangeiros

<sup>9</sup> A informação disponível refere-se a 207.843 registros que representam 34,51% do total de pessoas cadastradas no sistema.



Há no sistema penitenciário brasileiro 1.774 pessoas privadas de liberdade com nacionalidade estrangeira, que assim foram identificados em sua qualificação processual<sup>10</sup>.

Neste sentido as nacionalidades com maior representatividade no sistema prisional são as que correspondem aos países da Bolívia e do Paraguai.

**Tabela 15. Número de presos estrangeiros na população carcerária do Brasil por UF**

| <b>UF de Custódia</b> | <b>Nacionalidade estrangeira</b> |
|-----------------------|----------------------------------|
| AC                    | 26                               |
| AL                    | 1                                |
| AM                    | 41                               |
| AP                    | 3                                |
| BA                    | 15                               |
| CE                    | 31                               |
| DF                    | 10                               |
| ES                    | 5                                |
| GO                    | 8                                |
| MA                    | 1                                |
| MG                    | 16                               |
| MS                    | 320                              |
| MT                    | 15                               |
| PA                    | 15                               |
| PB                    | 4                                |
| PE                    | 6                                |
| PI                    | 4                                |
| PR                    | 32                               |
| RJ                    | 22                               |
| RN                    | 5                                |
| RO                    | 19                               |
| RR                    | 89                               |
| RS*                   | 1                                |
| SC                    | 22                               |
| SE                    | 0                                |
| SP                    | 1.061                            |
| TO                    | 2                                |
| <b>Total</b>          | <b>1.774</b>                     |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide Nota da Tabela 2.

<sup>10</sup> A informação disponível refere-se a 514.309 registros que representam 85,40% do total de pessoas cadastradas no sistema.

**Tabela 16. Presos Estrangeiros por Nacionalidade**

| <b>País Estrangeiro</b> | <b>Quantidade de Presos</b> |
|-------------------------|-----------------------------|
| BOLÍVIA                 | 286                         |
| PARAGUAI                | 280                         |
| NIGÉRIA                 | 155                         |
| COLÔMBIA                | 152                         |
| PERU                    | 152                         |
| VENEZUELA               | 98                          |
| CHILE                   | 86                          |
| ESPAÑA                  | 44                          |
| ÁFRICA DO SUL           | 40                          |
| ARGENTINA               | 41                          |
| PORTUGAL                | 31                          |
| CHINA                   | 30                          |
| ITÁLIA                  | 21                          |
| ANGOLA                  | 17                          |
| PAÍSES BAIXOS (HOLANDA) | 15                          |
| REINO UNIDO             | 17                          |
| TANZÂNIA                | 15                          |
| URUGUAI                 | 15                          |
| LÍBANO                  | 13                          |
| FILIPINAS               | 9                           |
| FRANÇA                  | 12                          |
| EQUADOR                 | 10                          |
| ALEMANHA                | 10                          |
| GUINÉ-BISSAU            | 9                           |
| HAITI                   | 8                           |
| TURQUIA                 | 9                           |
| BÓSNIA-HERZEGOVINA      | 7                           |
| ESTADOS UNIDOS          | 6                           |
| GUIANA                  | 7                           |
| LETÔNIA                 | 7                           |
| CABO VERDE              | 6                           |
| GANÁ                    | 6                           |
| ISRAEL                  | 6                           |
| JAPÃO                   | 7                           |
| MÉXICO                  | 5                           |
| QUÊNIA                  | 6                           |
| CONGO                   | 5                           |
| GUINÉ                   | 5                           |
| SENEGAL                 | 5                           |
| SÍRIA                   | 5                           |
| BULGÁRIA                | 4                           |
| CAMAROUN                | 4                           |

|                      |   |
|----------------------|---|
| LITUÂNIA             | 4 |
| MOÇAMBIQUE           | 4 |
| POLÔNIA              | 4 |
| RÚSSIA               | 4 |
| SERRA LEOA           | 4 |
| SURINAME             | 4 |
| TUNÍSIA              | 4 |
| UCRÂNIA              | 4 |
| ALBÂNIA              | 3 |
| BAHAMAS              | 3 |
| CORÉIA DO SUL        | 3 |
| EL SALVADOR          | 3 |
| GUIANA FRANCESA      | 3 |
| HUNGRIA              | 3 |
| REPÚBLICA DOMINICANA | 3 |
| COSTA RICA           | 2 |
| CUBA                 | 2 |
| ETIÓPIA              | 3 |
| GRÉCIA               | 2 |
| GUATEMALA            | 2 |
| ÍNDIA                | 2 |
| IRÃ                  | 2 |
| IRAQUE               | 2 |
| MALÁSIA              | 2 |
| MARROCOS             | 2 |
| NOVA ZELÂNDIA        | 2 |
| ROMÊNIA              | 2 |
| SUÉCIA               | 2 |
| TAILÂNDIA            | 2 |
| AFEGANISTÃO          | 1 |
| ÁUSTRIA              | 1 |
| BANGLADESH           | 1 |
| BARBADOS             | 1 |
| BELARUS              | 1 |
| BÉLGICA              | 1 |
| BRUNEI               | 1 |
| BURUNDI              | 1 |
| CAZAQUISTÃO          | 1 |
| CINGAPURA            | 1 |
| CORÉIA DO NORTE      | 1 |
| COSTA DO MARFIM      | 1 |
| DINAMARCA            | 1 |
| ESLOVÊNIA            | 1 |
| FINLÂNDIA            | 1 |
| JORDÂNIA             | 1 |

|                  |              |
|------------------|--------------|
| LIBÉRIA          | 1            |
| MACEDÔNIA        | 1            |
| MALAVI           | 1            |
| MALI             | 1            |
| MYANMAR          | 1            |
| NAMÍBIA          | 1            |
| NORUEGA          | 1            |
| SÉRVIA           | 1            |
| SOMÁLIA          | 1            |
| REPÚBLICA TCHECA | 1            |
| <b>Total</b>     | <b>1.774</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.8.7. Pessoas com dependência química

Outro levantamento inédito permitido pelo BNMP 2.0 é o número de pessoas que foram classificadas como dependentes químicas no sistema penitenciário. Não havendo critérios homogêneos de classificação ou autodeclaração, é possível afirmar que o número seja subestimado em relação à totalidade dos casos.

**Tabela 17. Número de Presos com dependência química informada**

| UF de Custódia | Dependência Química |
|----------------|---------------------|
| AC             | 0                   |
| AL             | 0                   |
| AM             | 59                  |
| AP             | 39                  |
| BA             | 152                 |
| CE             | 22                  |
| DF             | 11                  |
| ES             | 16                  |
| GO             | 302                 |
| MA             | 45                  |
| MG             | 49                  |
| MS             | 24                  |
| MT             | 382                 |
| PA             | 61                  |
| PB             | 14                  |
| PE             | 42                  |
| PI             | 7                   |
| PR             | 1                   |
| RJ             | 0                   |

|              |              |
|--------------|--------------|
| RN           | 27           |
| RO           | 157          |
| RR           | 1            |
| RS*          | 1            |
| SC           | 1            |
| SE           | 1            |
| SP           | 6            |
| TO           | 208          |
| <b>Total</b> | <b>1.628</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

\* Vide Nota da Tabela 2.

## 2.9. Informações por Tribunal

À vista da multiplicidade de configurações e padrões regionais verificados no país e com o intuito de propiciar um enfoque específico a respeito das pessoas privadas de liberdade por Tribunal, apresentamos nos itens seguintes, as principais informações extraídas do banco de dados de cada corte, a saber, a natureza das prisões: prisões civis, prisões de natureza penal (sem condenação, em execução provisória, em execução definitiva), e internações (sem condenação, em execução provisória, em execução definitiva); a taxa de encarceramento da UF; número de mulheres no sistema carcerário; número de presos da Justiça Federal; e o número de estrangeiros.

### 2.9.1. Tribunal de Justiça do Acre

**Tabela 18. Tabela resumo das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre**

| <b>Privados de Liberdade - TJAC</b>      |                   |                   |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Natureza da Prisão</b>                | <b>Quantidade</b> | <b>Percentual</b> |
| Presos sem Condenação                    | 2.497             | 36,31             |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.245             | 18,11             |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 3.120             | 45,38             |
| Internados Provisórios                   | 0                 | 0,00              |
| Internados em Execução Provisória        | 1                 | 0,01              |
| Internados em Execução Definitiva        | 9                 | 0,13              |
| Presos Civis                             | 4                 | 0,06              |
| <b>Total</b>                             | <b>6.876</b>      | <b>100,00%</b>    |

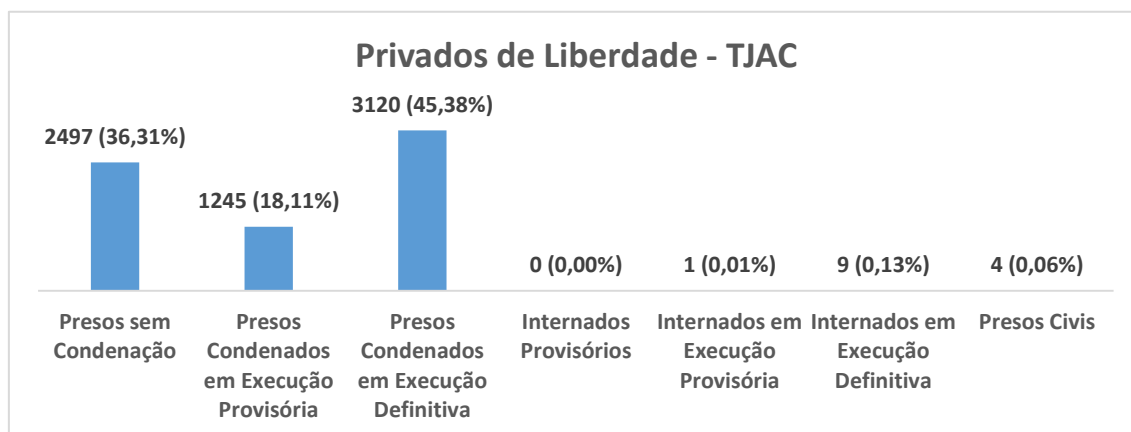
  

| <b>Outras Informações - AC</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>832,79/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 404                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 14                          |

|   |    |
|---|----|
| Total de privados de liberdade estrangeiros | 21 |
|---|----|

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 15. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.2. Tribunal de Justiça de Alagoas

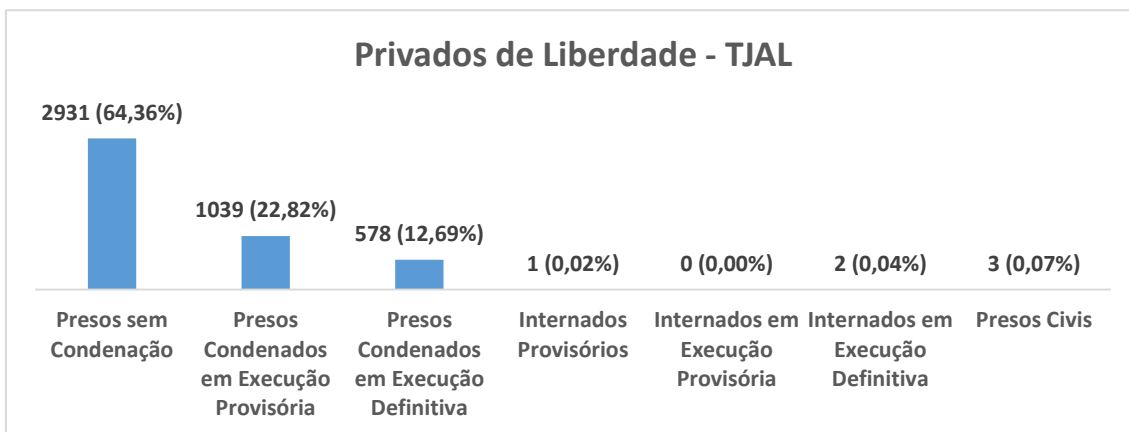
**Tabela 19. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**

| Privados de Liberdade - TJAL             |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 2.931        | 64,36          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.039        | 22,82          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 578          | 12,69          |
| Internados Provisórios                   | 1            | 0,02           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 2            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 3            | 0,07           |
| <b>Total</b>                             | <b>4.554</b> | <b>100,00%</b> |

| Outras Informações - AL   |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>137,27/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 183                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 14                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 1                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 16. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.3. Tribunal de Justiça do Amapá

**Tabela 20. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá**

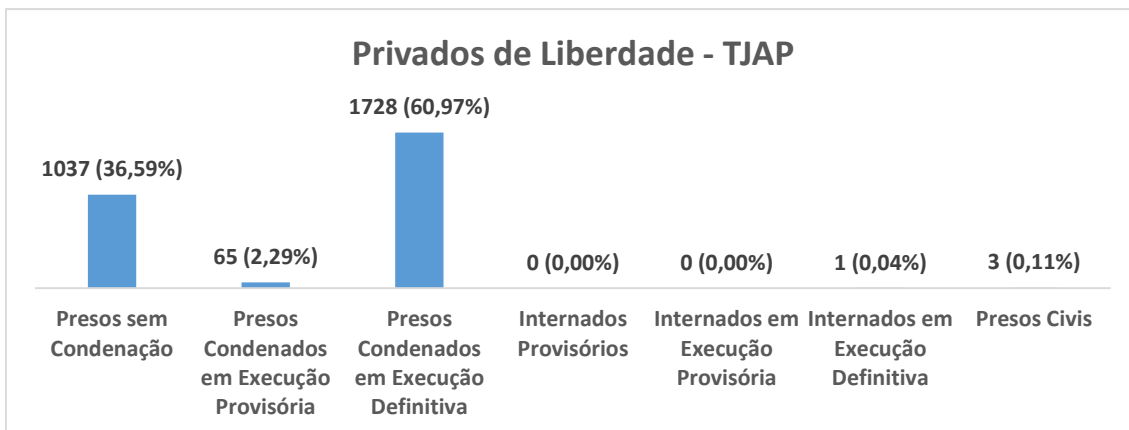
| <b>Privados de Liberdade - TJAP</b>      |                   |                   |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Natureza da Prisão</b>                | <b>Quantidade</b> | <b>Percentual</b> |
| Presos sem Condenação                    | 1.037             | 36,59             |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 65                | 2,29              |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 1.728             | 60,97             |
| Internados Provisórios                   | 0                 | 0,00              |
| Internados em Execução Provisória        | 0                 | 0,00              |
| Internados em Execução Definitiva        | 1                 | 0,13              |
| Presos Cíveis                            | 3                 | 0,11              |
| <b>Total</b>                             | <b>2.834</b>      | <b>100,00%</b>    |

| <b>Outras Informações - AP</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>358,02/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 118                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 25                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 3                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 17. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

#### 2.9.4. Tribunal de Justiça do Amazonas

**Tabela 21. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**

| <b>Privados de Liberdade - TJAM</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 3.656        | 57,45          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 914          | 14,36          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 1.787        | 28,08          |
| Internados Provisórios                   | 1            | 0,02           |
| Internados em Execução Provisória        | 1            | 0,02           |
| Internados em Execução Definitiva        | 1            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 4            | 0,06           |
| <b>Total</b>                             | <b>6.364</b> | <b>100,00%</b> |

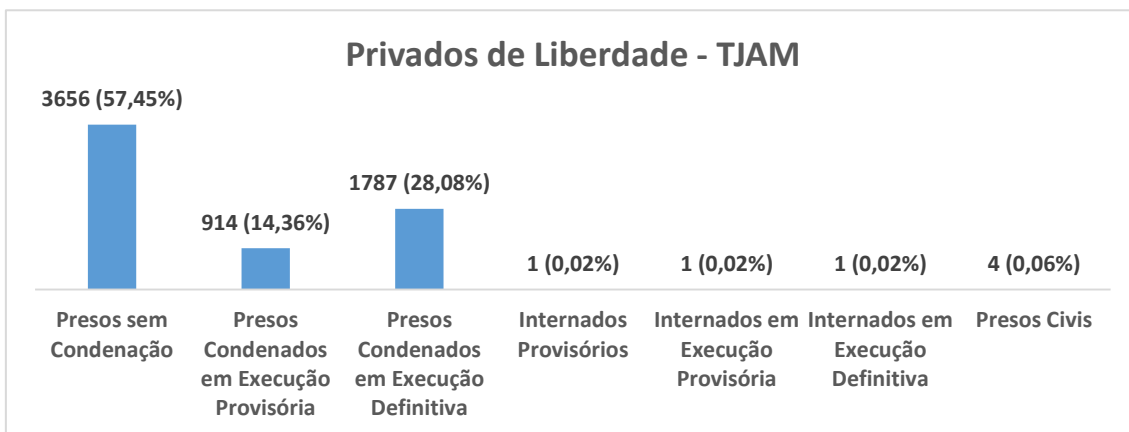
  

| <b>Outras Informações - AM</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>157,35/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 232                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 20                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 36                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 18. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**





Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.5. Tribunal de Justiça da Bahia

**Tabela 22. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**

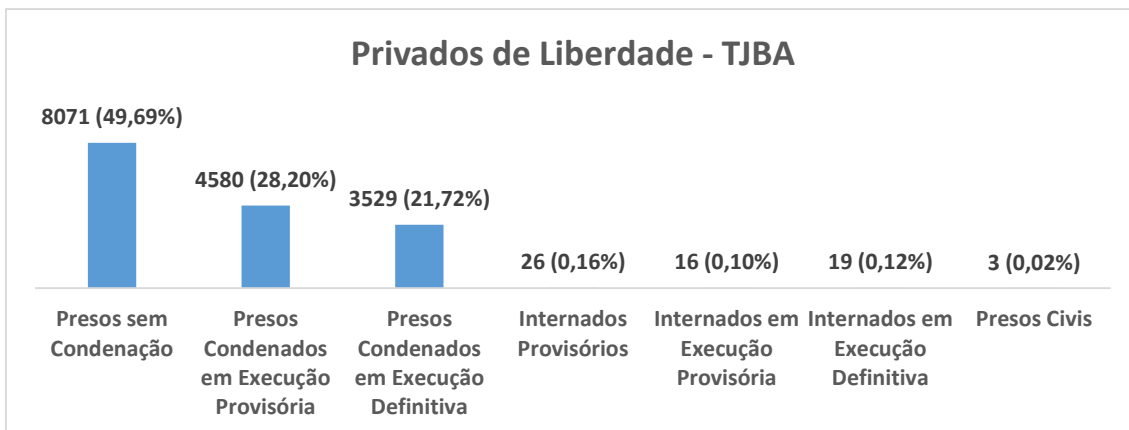
| <b>Privados de Liberdade - TJBA</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 8.071         | 49,69          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 4.580         | 28,20          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 3.529         | 21,72          |
| Internados Provisórios                   | 26            | 0,16           |
| Internados em Execução Provisória        | 16            | 0,10           |
| Internados em Execução Definitiva        | 19            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 3             | 0,02           |
| <b>Total</b>                             | <b>16.244</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - BA</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>106,05/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 556                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 27                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 14                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 19. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.6. Tribunal de Justiça do Ceará

**Tabela 23. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

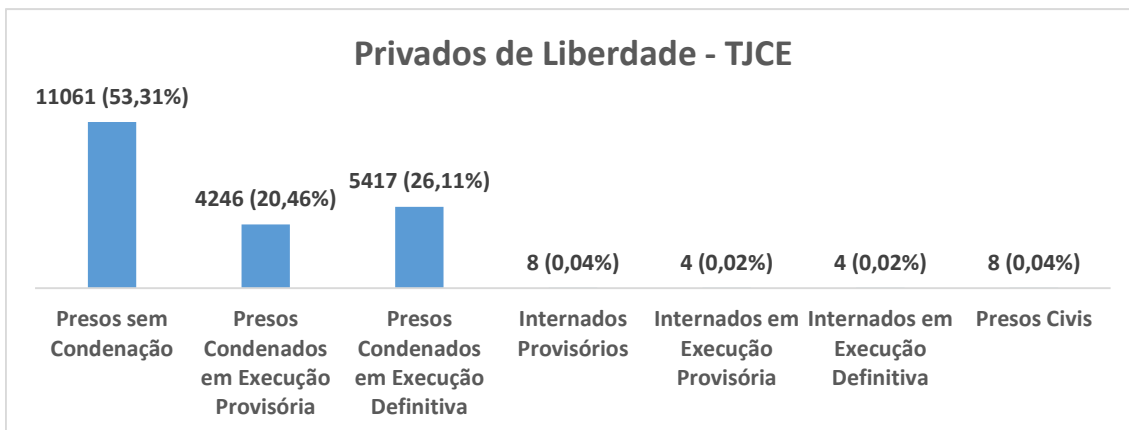
| <b>Privados de Liberdade - TJCE</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 11.061        | 53,31          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 4.246         | 20,46          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 5.417         | 26,11          |
| Internados Provisórios                   | 8             | 0,04           |
| Internados em Execução Provisória        | 4             | 0,02           |
| Internados em Execução Definitiva        | 4             | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 8             | 0,04           |
| <b>Total</b>                             | <b>20.748</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - CE</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>230,53/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 958                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 74                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 24                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 20. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.7. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

**Tabela 24. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**

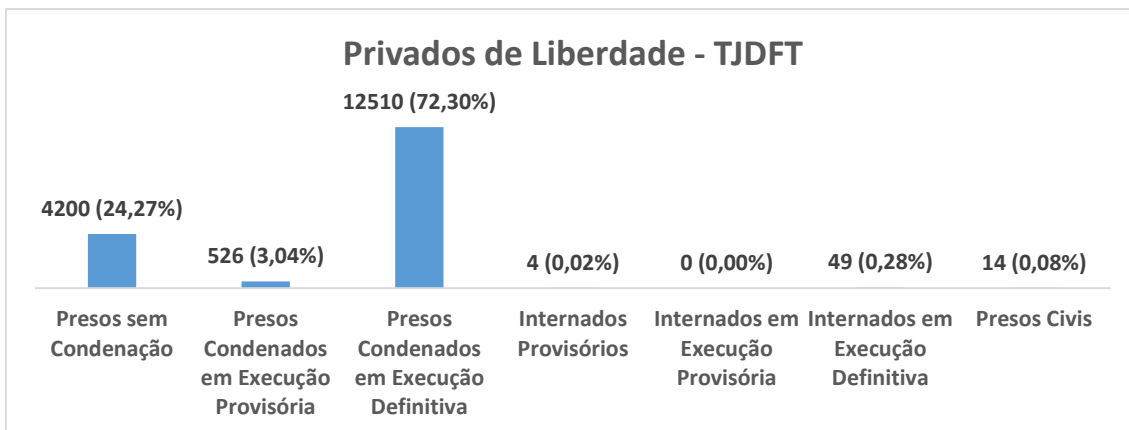
| <b>Privados de Liberdade - TJDFT</b>     |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 4.200         | 24,27          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 526           | 3,04           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 12.510        | 72,30          |
| Internados Provisórios                   | 4             | 0,02           |
| Internados em Execução Provisória        | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 49            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 14            | 0,08           |
| <b>Total</b>                             | <b>17.303</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - DF</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>573,49/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 719                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 7                           |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 0                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 21. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.8. Tribunal de Justiça do Espírito Santo

**Tabela 25. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**

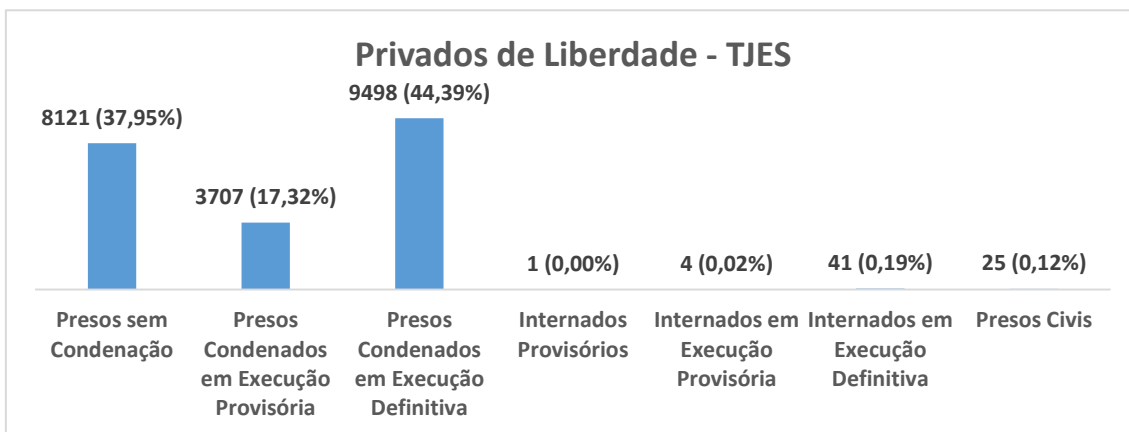
| <b>Privados de Liberdade - TJES</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 8.121         | 37,95          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 3.707         | 17,32          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 9.498         | 44,39          |
| Internados Provisórios                   | 1             | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 4             | 0,02           |
| Internados em Execução Definitiva        | 41            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 25            | 0,12           |
| <b>Total</b>                             | <b>21.397</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - ES</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>530,01/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 976                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 53                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 5                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 22. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.9. Tribunal de Justiça de Goiás

**Tabela 26. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

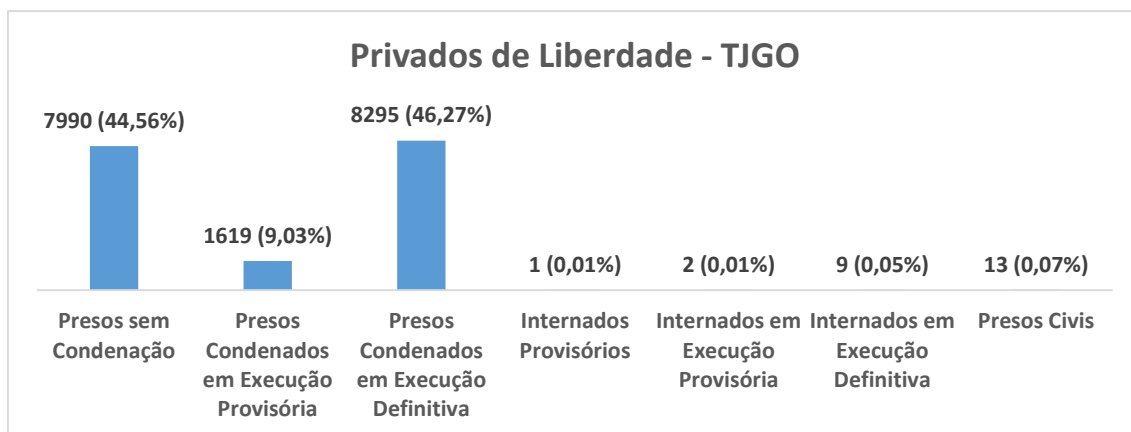
| <b>Privados de Liberdade - TJGO</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 7.990         | 44,56          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.619         | 9,03           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 8.295         | 46,27          |
| Internados Provisórios                   | 1             | 0,01           |
| Internados em Execução Provisória        | 2             | 0,01           |
| Internados em Execução Definitiva        | 9             | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 13            | 0,07           |
| <b>Total</b>                             | <b>17.929</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - GO</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>262,22/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 815                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 30                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 8                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 23. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

#### 2.9.10. Tribunal de Justiça do Maranhão

**Tabela 27. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**

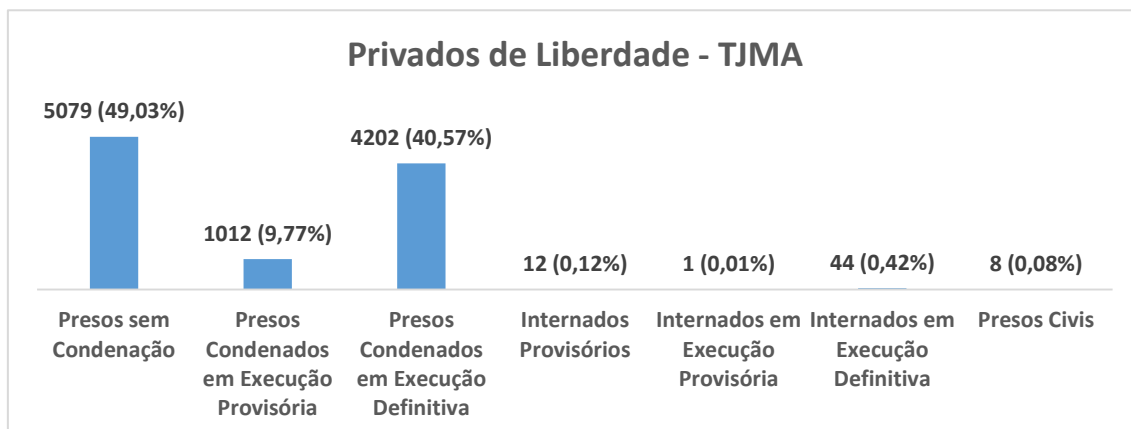
| <b>Privados de Liberdade - TJMA</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 5.079         | 49,03          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.012         | 9,77           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 4.202         | 40,57          |
| Internados Provisórios                   | 12            | 0,12           |
| Internados em Execução Provisória        | 1             | 0,01           |
| Internados em Execução Definitiva        | 44            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 8             | 0,08           |
| <b>Total</b>                             | <b>10.358</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - MA</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>148,87/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 402                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 37                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 1                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 24. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.11. Tribunal de Justiça do Mato Grosso

**Tabela 28. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso**

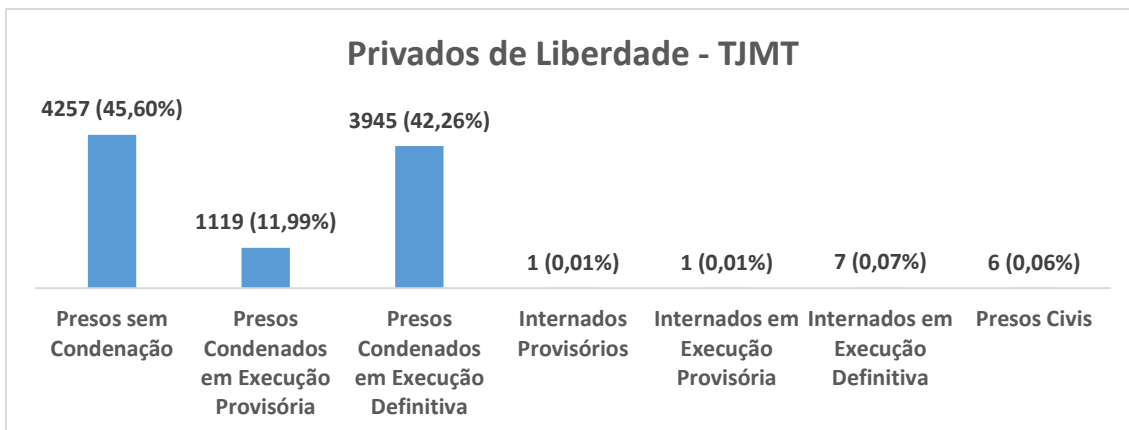
| <b>Privados de Liberdade - TJMT</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 4.257        | 45,60          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.119        | 11,99          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 3.945        | 42,26          |
| Internados Provisórios                   | 1            | 0,01           |
| Internados em Execução Provisória        | 1            | 0,01           |
| Internados em Execução Definitiva        | 7            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 6            | 0,06           |
| <b>Total</b>                             | <b>9.336</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - MT</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>281,47/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 445                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 105                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 7                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 25. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.12. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

**Tabela 29. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**

| <b>Privados de Liberdade - TJMS</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 2.957         | 13,33          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 10.365        | 46,72          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 8.825         | 39,78          |
| Internados Provisórios                   | 2             | 0,01           |
| Internados em Execução Provisória        | 10            | 0,05           |
| Internados em Execução Definitiva        | 4             | 0,13           |
| Presos Civis                             | 23            | 0,10           |
| <b>Total</b>                             | <b>22.186</b> | <b>100,00%</b> |

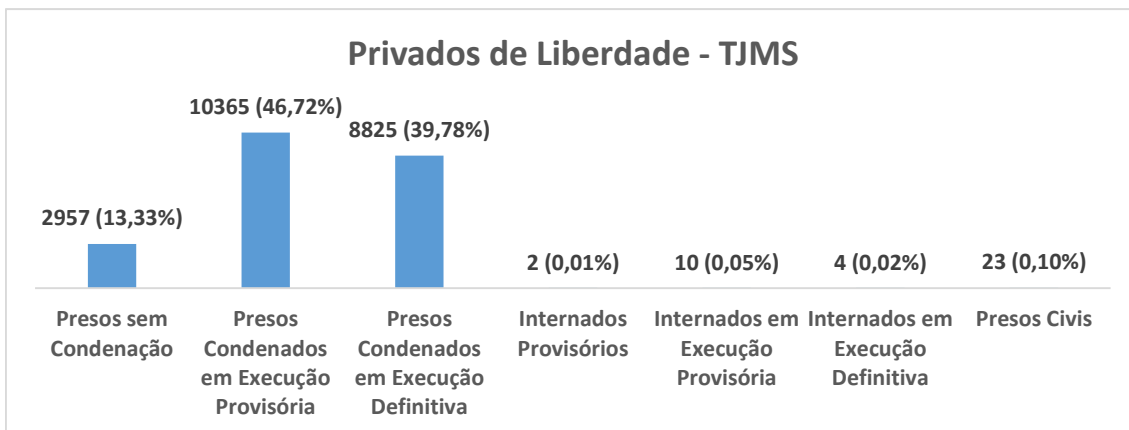
  

| <b>Outras Informações - MS</b>                                    |                            |
|---|----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>834,6/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 1.776                      |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 375                        |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 290                        |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 26. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**





Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.13. Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Tabela 30. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

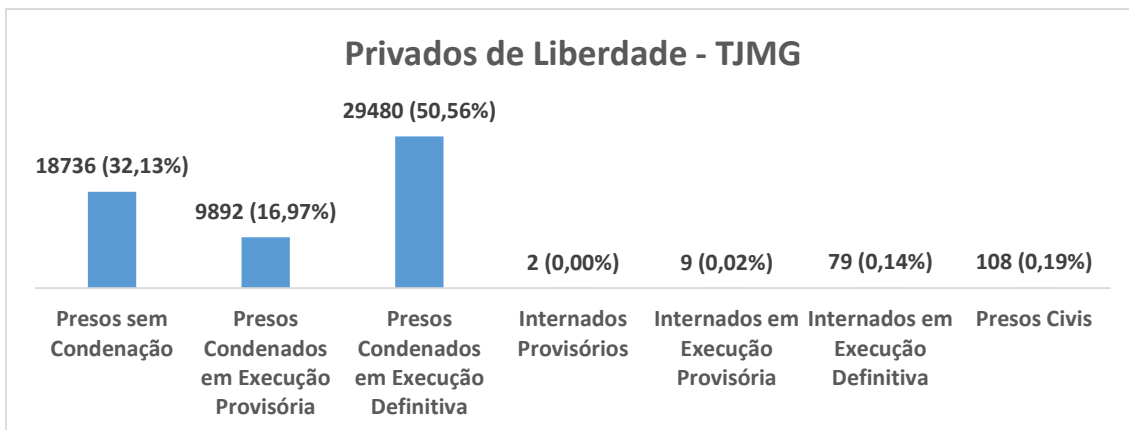
| <b>Privados de Liberdade - TJMG</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 18.736        | 32,13          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 9.892         | 16,97          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 29.480        | 50,56          |
| Internados Provisórios                   | 2             | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 9             | 0,02           |
| Internados em Execução Definitiva        | 79            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 108           | 0,19           |
| <b>Total</b>                             | <b>58.306</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - MG</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>277,77/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 2.344                       |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 133                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 13                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 27. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

#### 2.9.14. Tribunal de Justiça do Pará

**Tabela 31. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

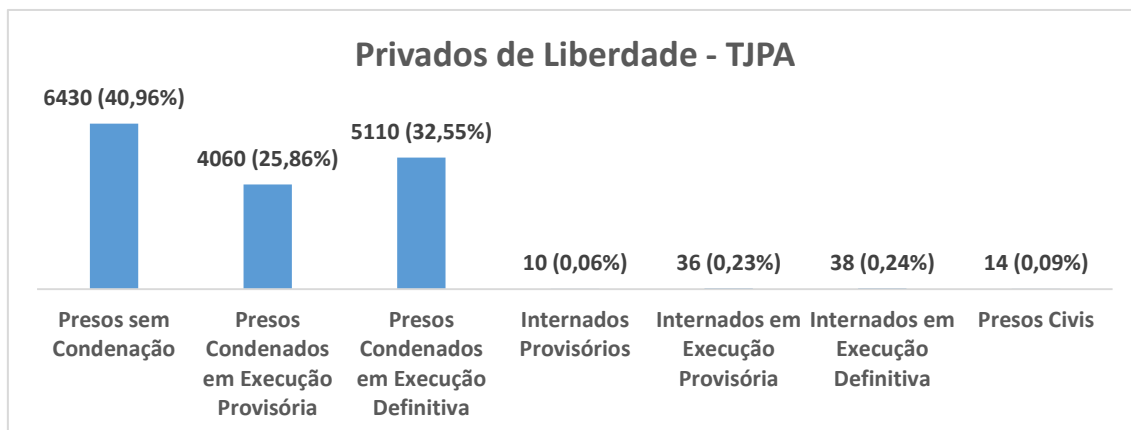
| <b>Privados de Liberdade - TJPA</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 6.430         | 40,96          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 4.060         | 25,86          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 5.110         | 32,55          |
| Internados Provisórios                   | 10            | 0,06           |
| Internados em Execução Provisória        | 36            | 0,23           |
| Internados em Execução Definitiva        | 38            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 14            | 0,09           |
| <b>Total</b>                             | <b>15.698</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - PA</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>187,72/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 751                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 16                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 13                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 28. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.15. Tribunal de Justiça da Paraíba

**Tabela 32. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba**

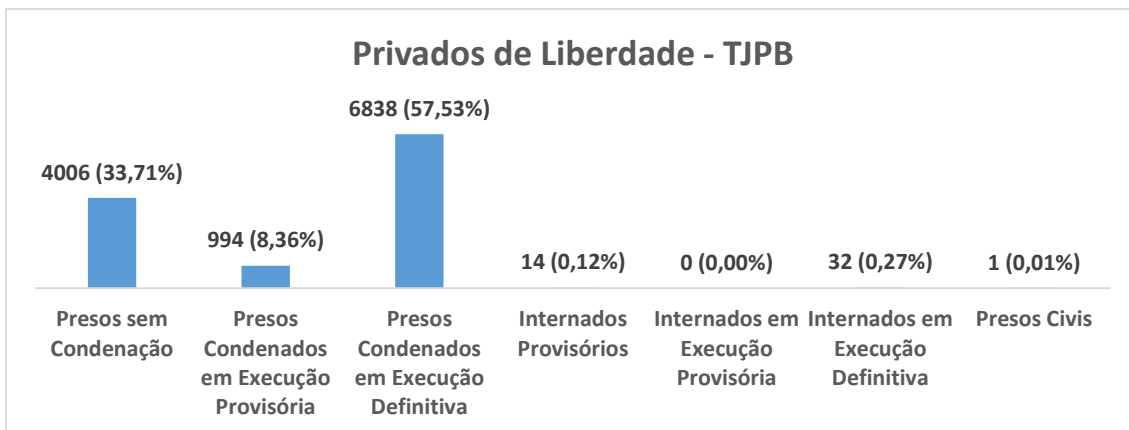
| <b>Privados de Liberdade - TJPB</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 4.006         | 33,71          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 994           | 8,36           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 6.838         | 57,53          |
| Internados Provisórios                   | 14            | 0,12           |
| Internados em Execução Provisória        | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 32            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 1             | 0,01           |
| <b>Total</b>                             | <b>11.885</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - PB</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>293,77/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 522                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 38                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 4                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 29. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.16. Tribunal de Justiça do Paraná

**Tabela 33. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**

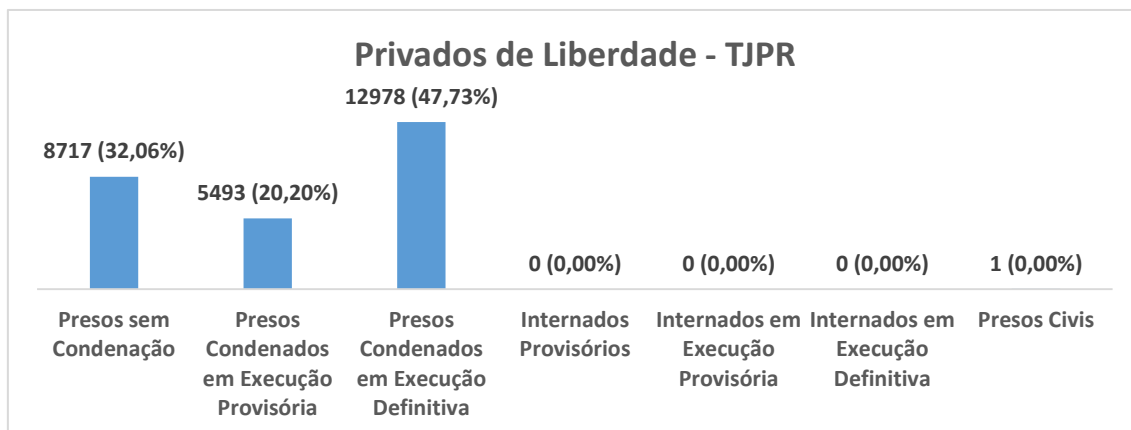
| <b>Privados de Liberdade - TJPR</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 8.717         | 32,06          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 5.493         | 20,20          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 12.978        | 47,73          |
| Internados Provisórios                   | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0             | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 1             | 0,00           |
| <b>Total</b>                             | <b>27.189</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - PR</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>242,21/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 1.343                       |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 312                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 17                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 30. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.17. Tribunal de Justiça de Pernambuco

**Tabela 34. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco**

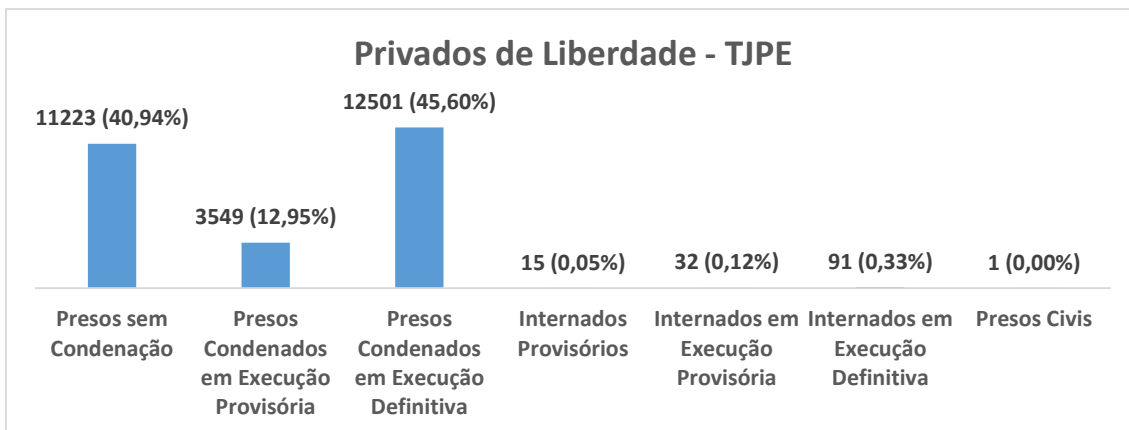
| <b>Privados de Liberdade - TJPE</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 11.223        | 40,94          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 3.549         | 12,95          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 12.501        | 45,60          |
| Internados Provisórios                   | 15            | 0,05           |
| Internados em Execução Provisória        | 32            | 0,12           |
| Internados em Execução Definitiva        | 91            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 1             | 0,00           |
| <b>Total</b>                             | <b>27.412</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - PE</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>288,03/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 1.090                       |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 49                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 3                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 31. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.18. Tribunal de Justiça do Piauí

**Tabela 35. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Piauí**

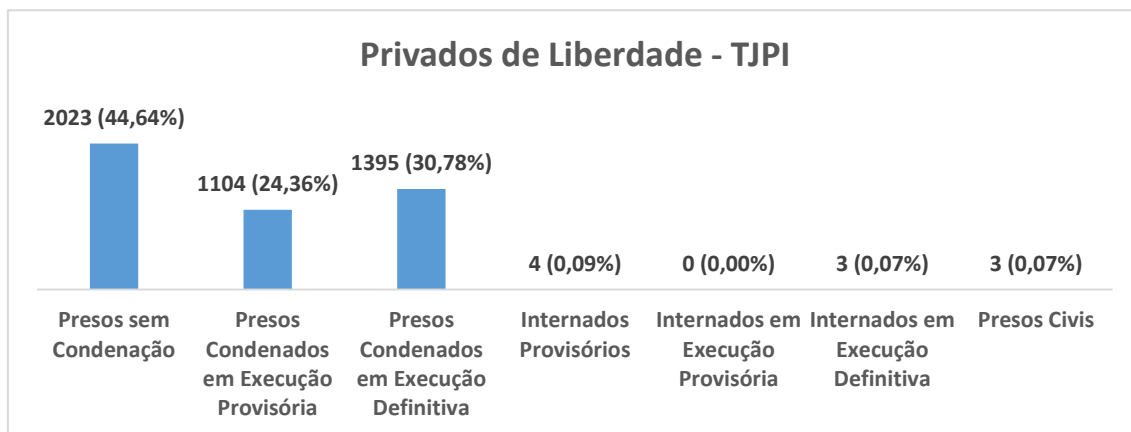
| <b>Privados de Liberdade - TJPI</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 2.023        | 44,64          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 1.104        | 24,36          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 1.395        | 30,78          |
| Internados Provisórios                   | 4            | 0,09           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 3            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 3            | 0,07           |
| <b>Total</b>                             | <b>4.532</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - PI</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>140,87/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 201                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 29                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 4                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 32. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Piauí**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.19. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

**Tabela 36. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

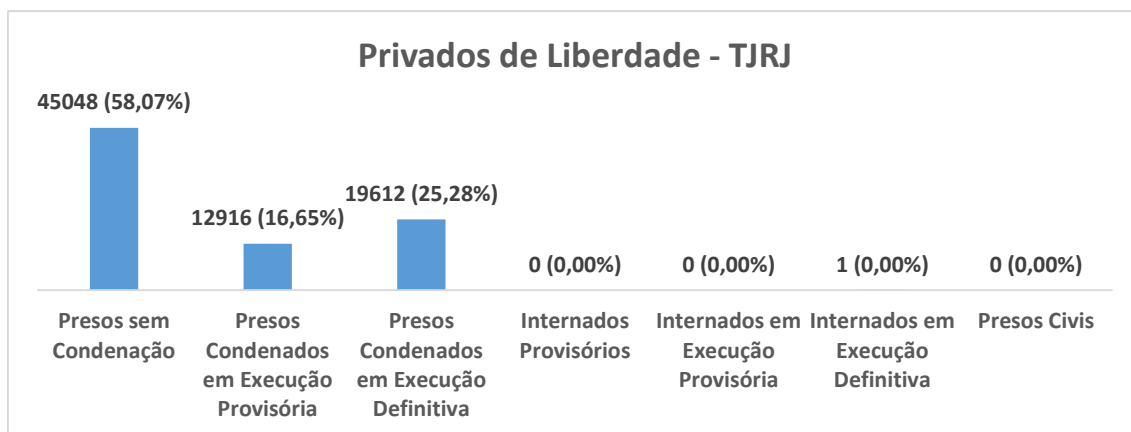
| <b>Privados de Liberdade - TJRJ</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 45.048        | 58,07          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 12.916        | 16,65          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 19.612        | 25,28          |
| Internados Provisórios                   | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0             | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 1             | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 0             | 0,00           |
| <b>Total</b>                             | <b>77.577</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - RJ</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>466,24/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 3.095                       |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 237                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 1                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 33. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.20. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

**Tabela 37. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte**

| <b>Privados de Liberdade - TJRN</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 3.450        | 46,89          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 417          | 5,67           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 3.472        | 47,19          |
| Internados Provisórios                   | 2            | 0,03           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 13           | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 3            | 0,04           |
| <b>Total</b>                             | <b>7.357</b> | <b>100,00%</b> |

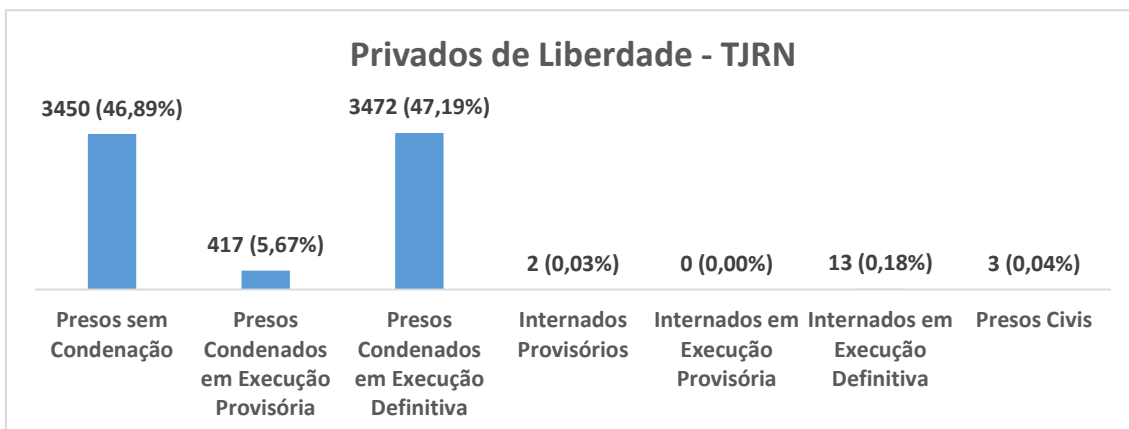
  

| <b>Outras Informações - RN</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>211,78/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 373                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 135                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 3                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 34. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte**





Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.21. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Conforme já registrado anteriormente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não realizou a alimentação do BNMP 2.0

### 2.9.22. Tribunal de Justiça de Rondônia

**Tabela 38. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

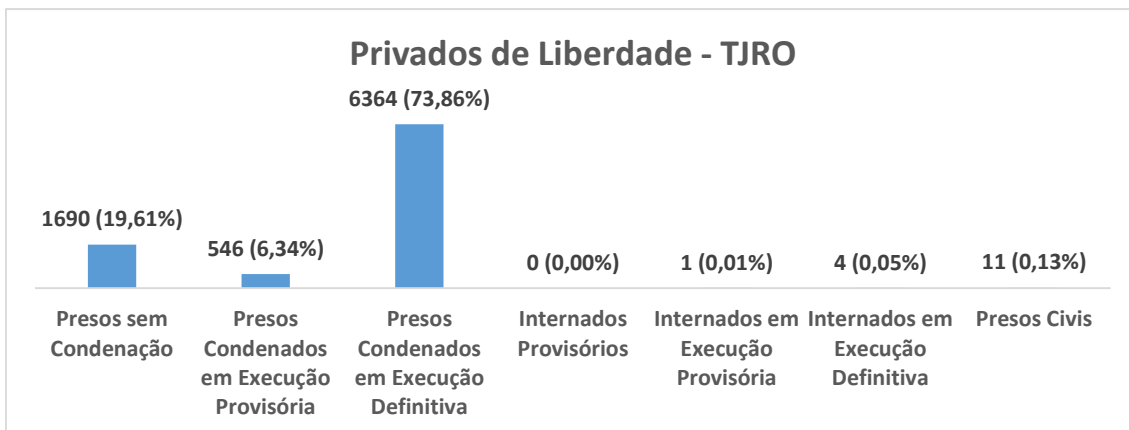
| <b>Privados de Liberdade - TJRO</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 1.690        | 19,61          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 546          | 6,34           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 6.364        | 73,86          |
| Internados Provisórios                   | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 1            | 0,01           |
| Internados em Execução Definitiva        | 4            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 11           | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>8.616</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - RO</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>479,96/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 439                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 90                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 14                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 35. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.23. Tribunal de Justiça de Roraima

**Tabela 39. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**

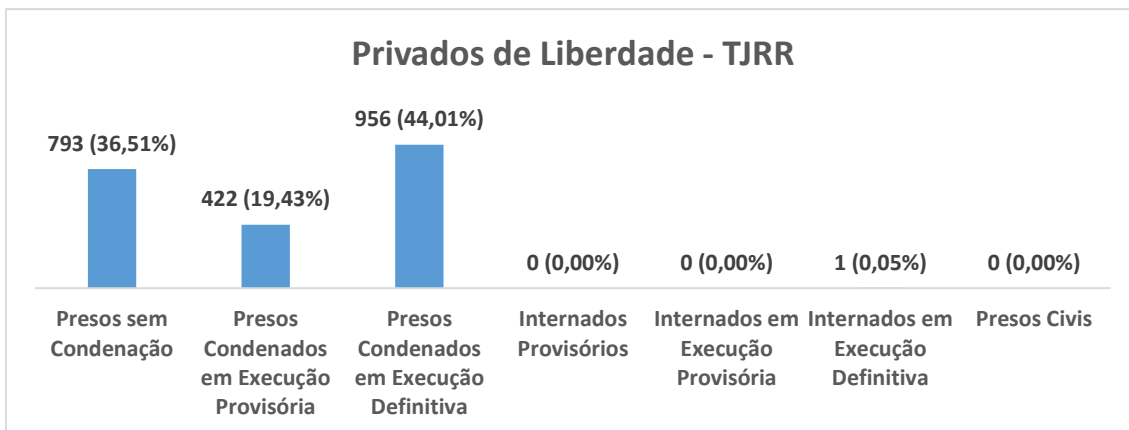
| <b>Privados de Liberdade - TJRR</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 793          | 36,51          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 422          | 19,43          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 956          | 44,01          |
| Internados Provisórios                   | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 1            | 0,13           |
| Presos Civis                             | 0            | 0,00           |
| <b>Total</b>                             | <b>2.172</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - RR</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>414,82/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 184                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 6                           |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 87                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 36. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

#### 2.9.24. Tribunal de Justiça de Santa Catarina

**Tabela 40. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

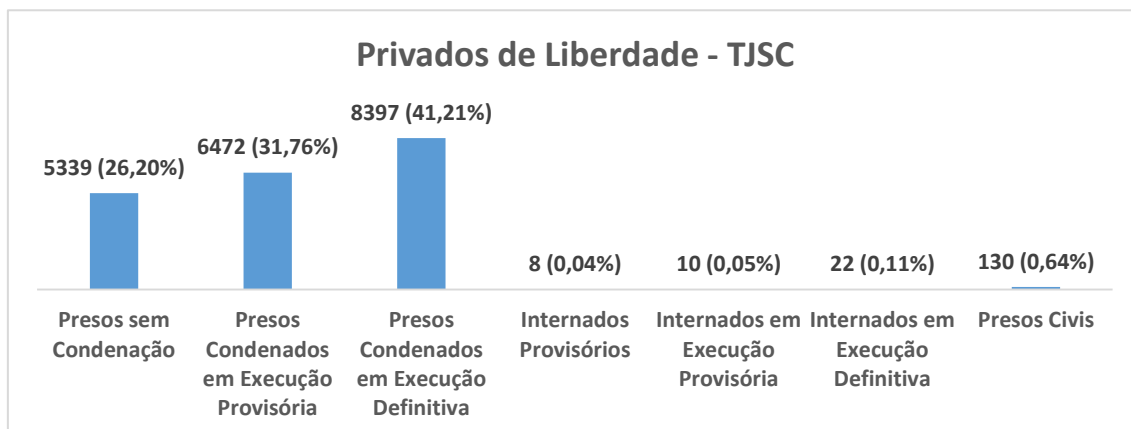
| <b>Privados de Liberdade - TJSC</b>      |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade    | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 5.339         | 26,20          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 6.472         | 31,76          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 8.397         | 41,21          |
| Internados Provisórios                   | 8             | 0,04           |
| Internados em Execução Provisória        | 10            | 0,05           |
| Internados em Execução Definitiva        | 22            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 130           | 0,64           |
| <b>Total</b>                             | <b>20.378</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - SC</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>291,87/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 942                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 78                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 22                          |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 37. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.25. Tribunal de Justiça de São Paulo

**Tabela 41. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

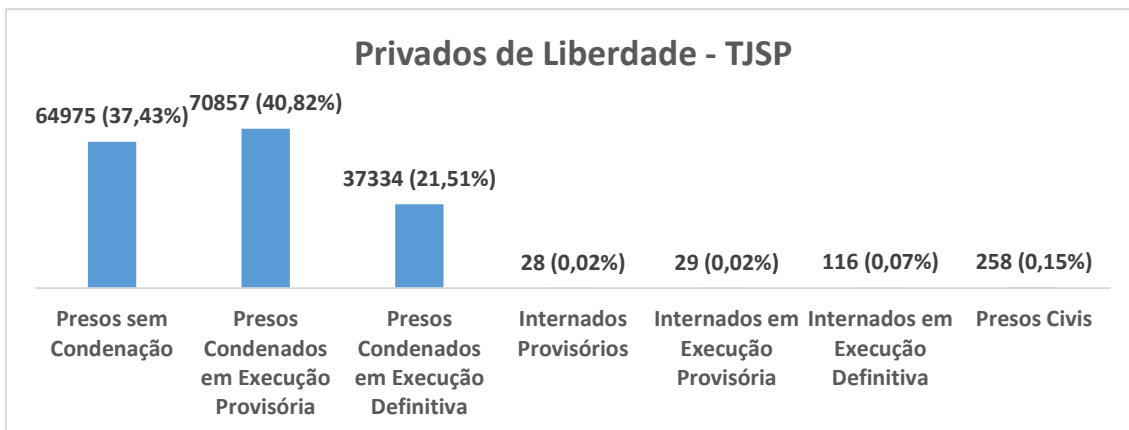
| <b>Privados de Liberdade - TJSP</b>      |                |                |
|--|----------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade     | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 64.975         | 37,43          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 70.857         | 40,82          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 37.334         | 21,51          |
| Internados Provisórios                   | 28             | 0,02           |
| Internados em Execução Provisória        | 29             | 0,02           |
| Internados em Execução Definitiva        | 116            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 258            | 0,15           |
| <b>Total</b>                             | <b>173.597</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - SP</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>387,23/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 9.969                       |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 752                         |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 928                         |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 38. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.26. Tribunal de Justiça de Sergipe

**Tabela 42. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**

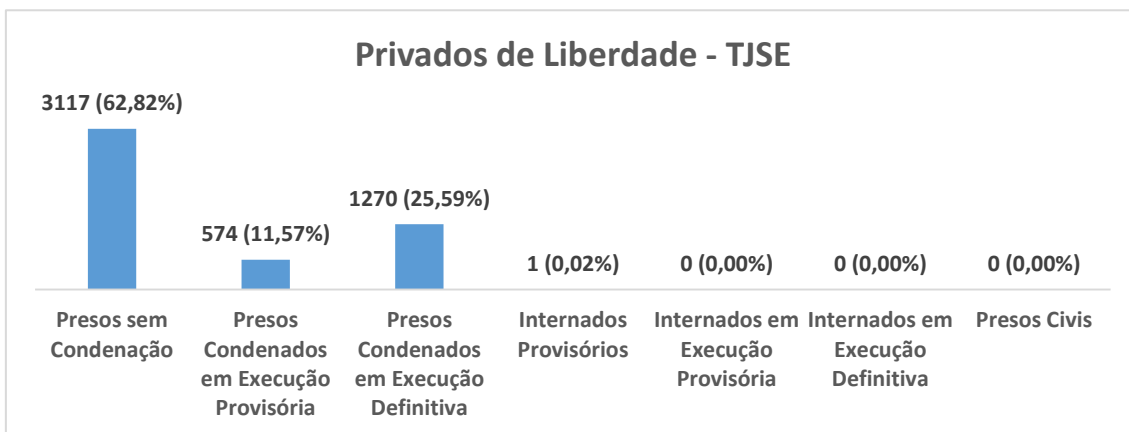
| <b>Privados de Liberdade - TJSE</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 3.117        | 62,82          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 574          | 11,57          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 1.270        | 25,59          |
| Internados Provisórios                   | 1            | 0,02           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 0            | 0,00           |
| <b>Total</b>                             | <b>4.962</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - SE</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>213,84/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 225                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 15                          |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 0                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 39. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.27. Tribunal de Justiça de Tocantins

**Tabela 43. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins**

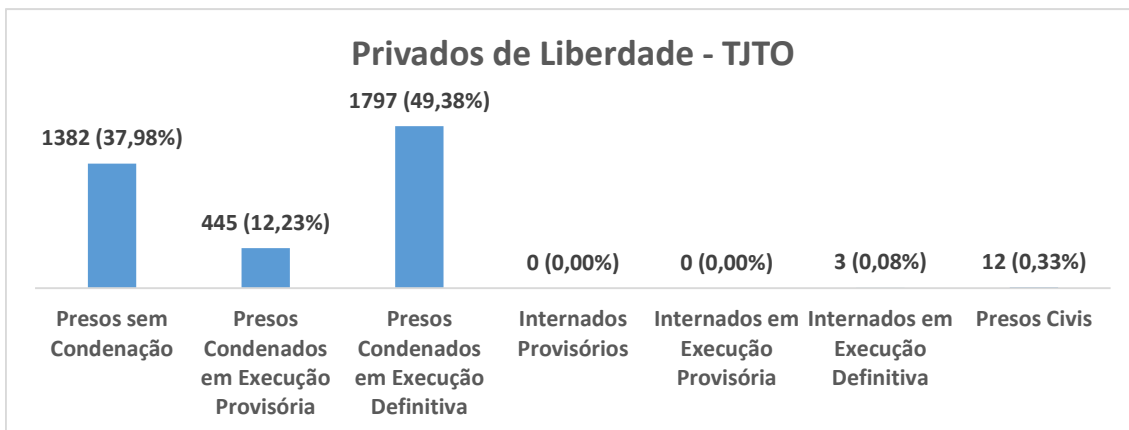
| <b>Privados de Liberdade - TJTO</b>      |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 1.382        | 37,98          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 445          | 12,23          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 1.797        | 49,38          |
| Internados Provisórios                   | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 3            | 0,13           |
| Presos Cíveis                            | 12           | 0,33           |
| <b>Total</b>                             | <b>3.639</b> | <b>100,00%</b> |

| <b>Outras Informações - TO</b>                                    |                             |
|---|-----------------------------|
| Taxa de encarceramento na UF de Custódia                          | <b>232,49/ 100 mil hab.</b> |
| Total de mulheres privadas de liberdade                           | 186                         |
| Total de presos e internados da Justiça Federal na UF de Custódia | 0                           |
| Total de privados de liberdade estrangeiros                       | 2                           |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 40. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

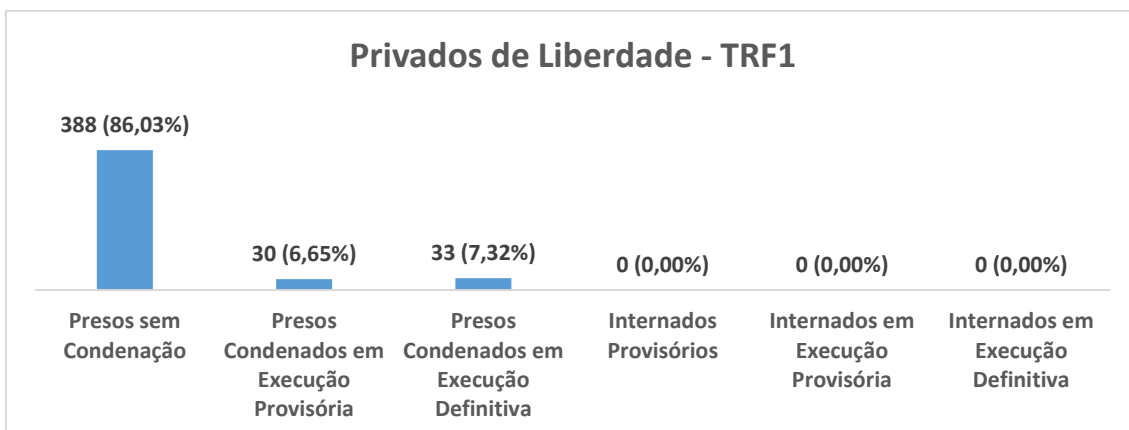
### 2.9.28. Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**Tabela 44. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

| <b>Privados de Liberdade - TRF1</b>      |            |                |
|--|------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 388        | 86,03          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 30         | 6,65           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 33         | 7,32           |
| Internados Provisórios                   | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0          | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>451</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 41. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

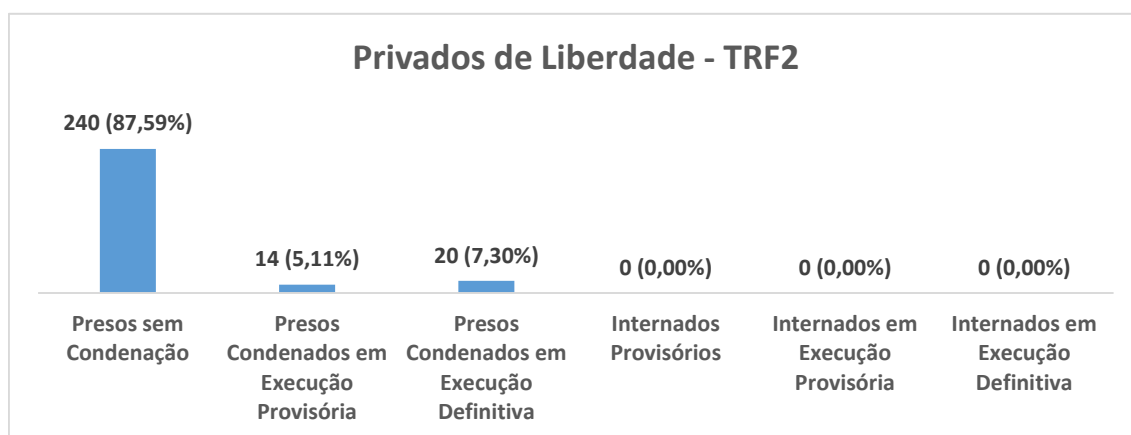
### 2.9.29. Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**Tabela 45. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

| Privados de Liberdade - TRF2             |            |                |
|--|------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 240        | 87,59          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 14         | 5,11           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 20         | 7,30           |
| Internados Provisórios                   | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0          | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>274</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 42. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 2.9.30. Tribunal Regional Federal da 3ª Região

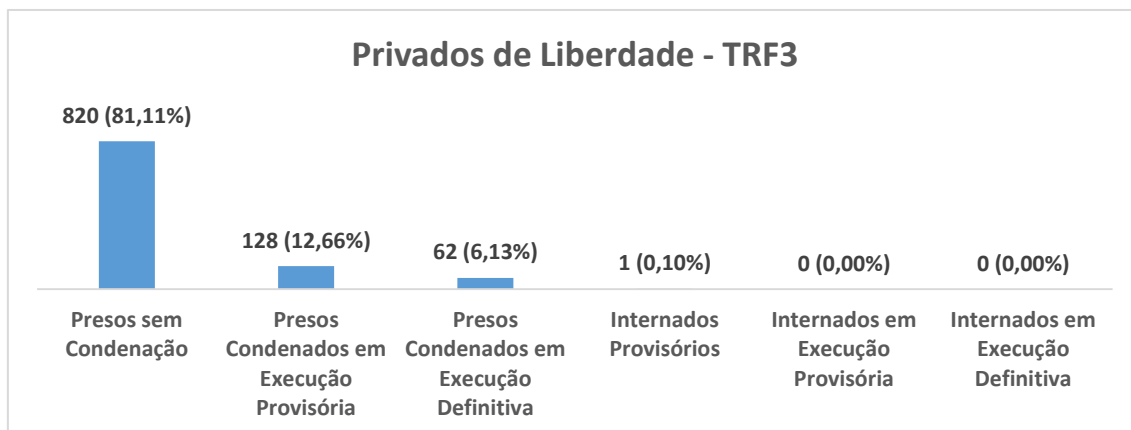
**Tabela 46. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

| Privados de Liberdade - TRF3             |              |                |
|--|--------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade   | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 820          | 81,11          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 128          | 12,66          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 62           | 6,13           |
| Internados Provisórios                   | 1            | 0,10           |
| Internados em Execução Provisória        | 0            | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0            | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>1.011</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 43. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região**





Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

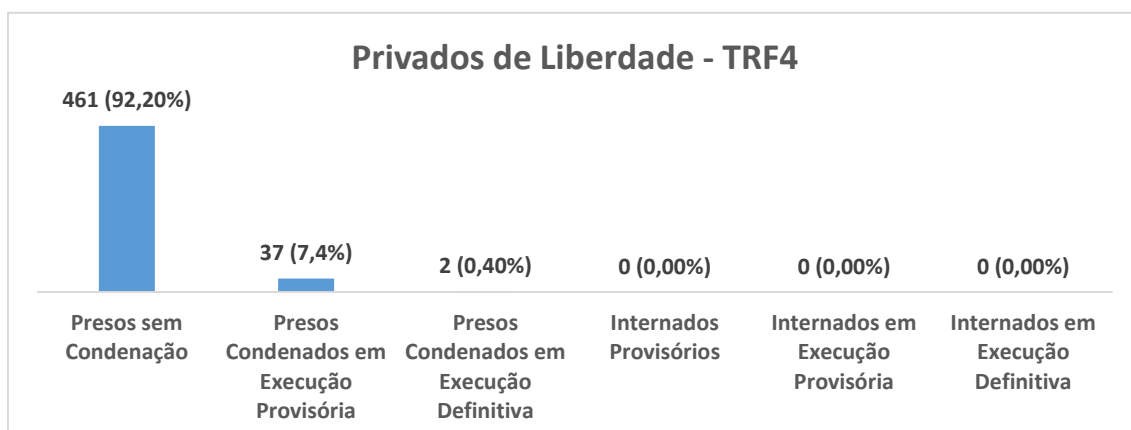
### 2.9.31. Tribunal Regional Federal da 4ª Região

**Tabela 47. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

| <b>Privados de Liberdade - TRF4</b>      |            |                |
|--|------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 461        | 92,20          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 37         | 7,40           |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 2          | 0,40           |
| Internados Provisórios                   | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0          | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>500</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 44. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

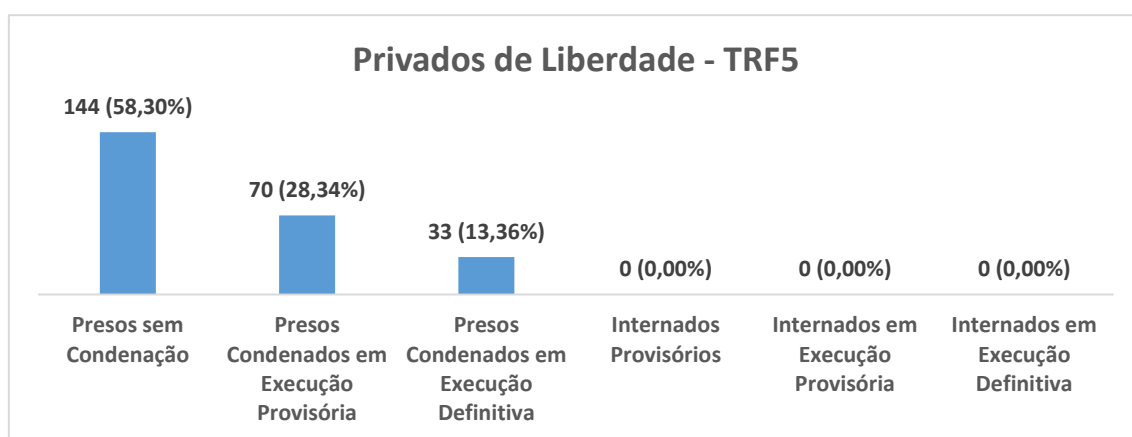
### 2.9.32. Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**Tabela 48. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

| Privados de Liberdade - TRF5             |            |                |
|--|------------|----------------|
| Natureza da Prisão                       | Quantidade | Percentual     |
| Presos sem Condenação                    | 144        | 58,30          |
| Presos Condenados em Execução Provisória | 70         | 28,34          |
| Presos Condenados em Execução Definitiva | 33         | 13,36          |
| Internados Provisórios                   | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Provisória        | 0          | 0,00           |
| Internados em Execução Definitiva        | 0          | 0,13           |
| <b>Total</b>                             | <b>247</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

**Gráfico 45. Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região**



Fonte: BNMP 2.0/CNJ – 6 de agosto de 2018

### 3. Considerações finais

Como já assinalado neste relatório, durante muito tempo o Poder Judiciário, para realizar o controle das pessoas privadas de liberdade, valeu-se das informações providas pelas Secretarias de Justiça e Administração Penitenciária ou das unidades penais, mesmo sendo ele o detentor da informação primária, pois constitucionalmente compete ao Poder Judiciário a decretação, a manutenção ou a revogação da prisão ou internação.

Não é demasiado lembrar que os dados disponibilizados pelo Poder Executivo, seja por não ser fonte primária ou porque a informação não era desagregada no plano individual, padecia de fragilidade por trazer problemas na contagem de tais pessoas, na tipificação imputada, bem como na categorização de sua situação jurídica, impossibilitando um planejamento adequado às ações do Poder Judiciário.

Nesse sentido, importante registrar que o Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os Tribunais de Justiça Estaduais e Tribunais Regionais Federais, já despendeu

muito recurso e energia, na tentativa de abrandar os problemas do sistema carcerário, podendo ser lembradas as ações de mutirão, que objetivavam acelerar o julgamento dos presos sem condenação e benefícios da execução; a instituição dos Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e; a obrigatoriedade da audiência de custódia, ações de acentuada importância, mas que se revelaram paliativas por ausência de uma medida estruturante, que é a informação sistematizada.

O Banco Nacional de Monitoramento de prisões – BNMP 2.0, como visto, possibilita outro cenário de atuação para o Poder Judiciário, porque o coloca na condição de detentor de uma fonte de informação segura sobre os presos no Brasil, com vistas ao controle da população carcerária e a avaliação da funcionalidade da própria atividade jurisdicional prestada.

Assim, importante ressaltar que, com essa nova ferramenta, o Poder Judiciário irá aperfeiçoar suas práticas, nos seguintes aspectos:

a) Controle da informação, pois não irá mais depender do Poder Executivo para gerir todas as informações relativas às pessoas presas, uma vez que o sistema permitirá a identificação de todos processos judiciais que dão lastro às prisões ou às ordens de prisão, vigentes, criando-se um banco de informações individualizados sobre todos os indiciados, acusados e condenados presos;

b) Racionalidade, porque a implementação do sistema evitará retrabalho e tornará desnecessária a produção esparsa e frequente de relatórios sobre presos que muitas vezes tomam um precioso tempo das Secretarias;

c) Agilidade, por estabelecer a padronização das rotinas relativas à expedição dos mandados de prisão, ordens de soltura e guias de recolhimento, garantindo maior agilidade no cumprimento das tarefas processuais;

d) Planejamento, por produzir, de forma estatísticas que apontem com segurança, quem está preso, por que motivo está preso e qual a natureza da prisão, informações fundamentais para o planejamento das atividades do sistema de justiça criminal;

e) Gestão adequada dos processos, permitindo a produção e envio de relatórios gerenciais aos juízes e Tribunais para auxiliá-los não apenas na tramitação de cada processo de sua Vara ou Seção Judiciária, mas na obtenção de informações gerais e estruturantes sobre as pessoas presas e procuradas em razão de seus processos e também auxiliar o magistrado a identificar de situações que merecem maior atenção, como, por exemplo o prazo das prisões;

f) Integração, possibilitando que todo juízo tenha informação sobre pessoas presas e procuradas em caráter nacional.

Portanto, o sistema BNMP 2.0 permite ao Poder Judiciário ter o controle da informação, gerar suas próprias estatísticas, planejar ações e enfrentar suas demandas de forma mais adequada, especialmente no que diz respeito à aplicação da justiça criminal.

Poder-se-ia arriscar aqui também algumas considerações acerca dos ganhos que a sociedade vai ter com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, na medida em que o BNMP 2.0, auxiliará na política de segurança pública, propiciará uma medida de atenção à vítima de crimes, garantirá visualização aos devedores de alimentos, segurança da informação e transparência da informação.

A evolução do BNMP 2.0 vai permitir o enfrentamento de várias outras demandas que ainda hoje impactam e dificultam a justiça criminal, podendo ser citada, a título de exemplo, a necessidade da correta identificação da população carcerária, através do sistema biométrico, possibilitando maior segurança ao cadastro da pessoa que se encontra encarcerada; a extração da certidão nacional de antecedentes, com o acompanhamento real da reincidência em âmbito nacional e; internamente, a revisão pelo Conselho Nacional de Justiça de Resoluções e sistemas obsoletos ou incompatíveis com as atuais regras do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.

Assim, é digno anotar que não se está diante da conclusão de um trabalho, pois o sistema não resolve todos os problemas do Poder Judiciário, mas representa um importante passo na reestruturação da informação, indispensável para se buscar o aperfeiçoamento da justiça criminal e melhor atender às demandas da sociedade brasileira.

